

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ROBERTA TIEMI POMPEU KIMURA

Agricultura urbana em Osasco: Características e o direito à cidade

São Paulo

2022

ROBERTA TIEMI POMPEU KIMURA

Agricultura urbana em Osasco: Características e o direito à cidade

Trabalho de Graduação Individual (TGI) entregue como requisito para conclusão do Bacharelado em Geografia oferecido pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Simone Scifoni

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ka Kimura, Roberta Tiemi Pompeu
Agricultura urbana em Osasco: Características e o
direito à cidade / Roberta Tiemi Pompeu Kimura;
orientador Simone Scifoni - São Paulo, 2022.
88 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Agricultura urbana. 2. Osasco. 3. Direito à
cidade. I. Scifoni, Simone, orient. II. Título.

KIMURA, Roberta Tiemi Pompeu. **Agricultura urbana em Osasco: Características e o direito à cidade.** Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elisabete e Jorge, que representam a origem de qualquer conquista em minha vida, às minhas irmãs, Noemi e Harumi, e ao pequeno Yuto, o coração da família.

À professora Simone Scifoni, pelas aulas e trabalhos de campo brilhantes de Geografia Urbana em 2018, Trabalho de Campo em Geografia I em 2021 e pela orientação paciente e cuidadosa também em 2021.

Aos professores: James Carvalho, que mostrou o quão cativante a Geografia é, Paula Gironda, por lecionar com tanto carinho e dedicação e mostrar a potência das ciências humanas, e Miguel del Barco, pelos trabalhos de campo e por todo apoio durante o ensino médio.

Aos trabalhadores da Horta Modelo e aos integrantes da Ecoz, pela recepção e aprendizado durante o trabalho de campo, em especial Ítalo Freitas.

Aos companheiros da Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI), pela lembrança diária de que o mundo pode e deve ser diferente.

Às minhas amigas de tantos anos e tantas fases, Andreza Ferreira, Georgia Goulart e Kauana Silva, e meus amigos da ETEC, Aline Coelho, Fernanda Masuki, Mateus Albuquerque, Mirian Alexandrino e Stephany Carvalho.

Aos amigos que tornaram a graduação e a vida mais leves e que ocupam grande parte do meu coração: Felipe Gomes, Felipe Silva, Fernando Funchal, Larissa Loyola, Luana Almeida, Linniker Gardim, Fabíola Barros, Ingrid Andrade, João Marinho, Kaori Oda, Loiane Vilefort, Matheus Roubert, Natália Bernardi, Paula Faria, Sara Bensadon e Victor Ayres.

Aos colegas de gestão do Centro de Estudos Geográficos “Filipe Varea Leme”, dos anos de 2019-2021, e do Grupo de Trabalho Movimento de Área.

RESUMO

KIMURA, Roberta Tiemi Pompeu. **Agricultura urbana em Osasco: Características e promoção do direito à cidade.** Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A agricultura urbana não é uma atividade recente e pode ser observada na história de diversos locais ao longo do tempo. O seu ressurgimento no período dos anos 70 possui relação direta com a urbanização desordenada e o consequente crescimento da fome, acelerada pela instabilidade política e econômica. Nesse contexto, além de contar com a materialidade do cultivo de alimentos, a agricultura urbana também passa a manifestar um valor simbólico ao promover reflexões sobre pautas ambientais e sociais visando a possibilidade de se superar determinadas problemáticas urbanas. O recorte espacial-temporal definido para analisar a prática de agricultura urbana foi feito sobre o município de Osasco a partir do ano de 2007. Nesse sentido, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a agricultura urbana e sobre o meio urbano, e um trabalho de campo na Horta Modelo, que contou com a etnografia enquanto recurso de pesquisa. A partir disso, foi observado o modo com que a agricultura urbana foi estabelecida no município; como ela relaciona-se com as questões de renda e trabalho, meio ambiente e alimentação; e de que forma esta atividade contribui com o pensamento sobre o conceito de direito à cidade. Conclui-se que agricultura urbana oferece contribuições para os mais diversos setores da sociedade, além de promover melhorias ambientais. Num sentido simbólico, aponta para a possibilidade de uma relação mais significativa entre o ser humano, a alimentação, o espaço público e a cidade.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Osasco; Direito à cidade.

ABSTRACT

KIMURA, Roberta Tiemi Pompeu. **Urban agriculture in Osasco: Characteristics and the right to the city**. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Urban agriculture is not a recent activity and it can be observed in the history of different places over time. It's resurgence in the 1970s is directly related to the disorderly urbanization and the consequent growth of hunger, accelerated by political and economic instability. In this context, in addition to the materiality of food cultivation, urban agriculture also begins to manifest a symbolic value by promoting reflections on environmental and social guidelines aiming at the possibility of overcoming certain urban problems. The spatial-temporal cut defined to analyze the practice of urban agriculture is carried out on the city of Osasco from the year of 2007. In this sense, bibliographic surveys were carried out on urban agriculture and on the urban environment, and a fieldwork at Horta Modelo, which had ethnography as a research resource. From this, it was observed the way in which urban agriculture was established in the city; how it relates to issues of income and work, environment and food; and how this activity contributes to thinking about the concept of the right to the city. It is concluded that urban agriculture offers contributions to the most diverse sectors of society, in addition to promoting environmental improvements. In a symbolic sense, it points to the possibility of a more significant relationship between human beings, food, public space and the city.

Key-words: Urban agriculture; Osasco; Right to the city

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Horta Modelo - lado direito	35
Figura 2 - Horta Modelo - lado esquerdo	35
Figura 3 - Horta CAPs	38
Figura 4 - Horta CAPs (fundos)	39
Figura 5 - Captação de água da chuva	40
Figura 6 - Tomates	41
Figura 7 - Hortelã	41
Figura 8 - Couve	42
Figura 9 - Manjerição	42
Figura 10 - Alface	43
Figura 11 - Vegetais	47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Divisão administrativa de Osasco	12
Mapa 2 - Sistema viário de Osasco e municípios da RMSP	13
Mapa 3 - Densidade demográfica em Osasco por setores censitários - 2010	15
Mapa 4 - Equipamentos ambientais	17
Mapa 5 - Localização das hortas urbanas de Osasco	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo entre regiões pela cor/raça da população residente.	14
Tabela 2 - Atividades de AU	29
Tabela 3 - Custos de espaços para prefeitura de Osasco - base 2019	30

LISTA DE ABREVIATURAS

AU	Agricultura Urbana
CAISAN	Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar
CEASO	Centro de Ação Socioambiental
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
DTEA	Departamento Técnico e de Educação Ambiental
FAO	Food and Agriculture Organization
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PIB	Produto Interno Bruto
PMO	Prefeitura Municipal de Osasco
PT	Partido dos Trabalhadores
RMSP	Região metropolitana de São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
SAN	Segurança Alimentar e Nacional
SAS	Secretarias de Assistência Social
SE	Secretaria da Educação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SESC	Secretaria Social do Comércio
SDTI	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão
SICA	Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SS	Secretaria da Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 ÁREA DE PESQUISA: OSASCO	11
2. AGRICULTURA URBANA	17
2.1 CONCEITUAÇÃO	17
2.2 AGRICULTURA URBANA EM OSASCO	23
2.2.1 Órgãos e políticas públicas	24
2.3 HORTAS URBANAS E CARACTERÍSTICAS GERAIS	26
3. OBSERVAÇÃO DE CAMPO	31
3.1 Metodologia e recursos	31
3.2 Resultados de campo	33
3.2.1 Texto Etnográfico - AU em Osasco: Renda e trabalho, meio ambiente e alimentação.....	33
4. A CIDADE E O URBANO	50
4.2 A AGRICULTURA URBANA E O DIREITO À CIDADE.....	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
7. APÊNDICES	72

1. INTRODUÇÃO

Segundo Mougeot (2000), a agricultura urbana pode ser definida como um conjunto de atividades localizadas no meio urbano ou periurbano de uma cidade. Tais atividades dedicam-se à produção e distribuição de produtos alimentícios e não alimentícios para a população urbana através da utilização e reutilização de recursos humanos e materiais, assim como produtos e serviços vindos de dentro da área urbana e de seus entornos. Para além da questão econômica e produtiva, a agricultura urbana (AU) possui um caráter ecológico e social. Suzuki e Berdoulay (2016) descrevem-na como uma prática que resgata a preservação e restauração da biodiversidade e também mostra-se capaz de promover mudanças na relação humana com o espaço urbano.

Diante deste tema central, foi realizado um recorte espacial sobre Osasco, município brasileiro localizado na Região Metropolitana de São Paulo, visando compreender como as presentes práticas de agricultura urbana ocorrem e como se dá sua relação com a cidade. O recorte temporal será estabelecido a partir do ano de 2007, quando o município foi selecionado pelo Edital 1/2007 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/ Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), e o Projeto de Agricultura Urbana foi implementado no município. Considerando que a agricultura urbana possui atores, funções e formas diversificadas e até mesmo contraditórias, as conclusões generalizadas do trabalho são relativas à esta experiência específica de Osasco.

Para além da caracterização da AU de Osasco, considera-se que parte da essência da agricultura urbana encontra-se na integração e interação de suas atividades com o meio urbano (MOUGEOT, 2000), portanto, a presente pesquisa também investiga de que forma a AU influencia determinadas dinâmicas presentes na cidade, como as de renda e trabalho, meio ambiente e alimentação. Tais questões serão desenvolvidas com base nas observações de campo, que servirão como ponto de partida para a análise das dinâmicas citadas. Considerando que a AU ocorre de fato no espaço urbano, faz-se pertinente realizar uma análise acerca dos principais conceitos e elementos relacionados a ele, onde observaremos as ideias de cidade, industrialização e urbanização. Diante dessas informações será possível compreender quais tipos de contribuição são oferecidos pelos projetos de agricultura urbana e de que modo ela contribui para pensar sobre o conceito de “direito à cidade” elaborado por Lefebvre (2001).

1.1 ÁREA DE PESQUISA: OSASCO

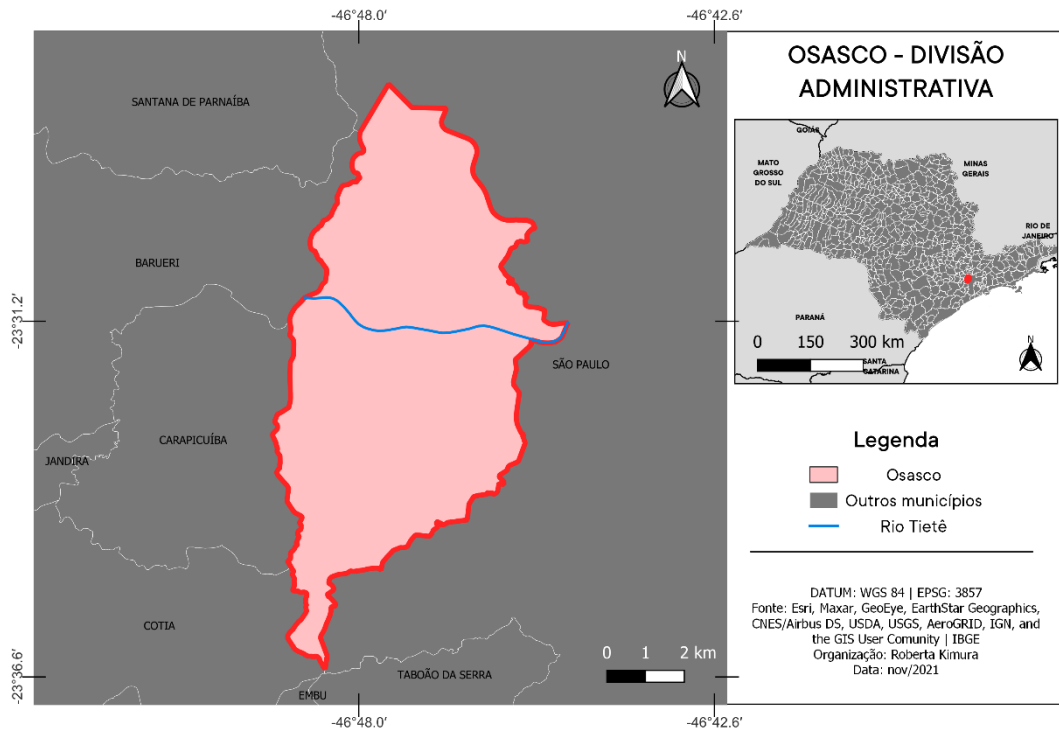
Segundo o site¹ da Prefeitura Municipal de Osasco, durante o século XIX o rio Tietê, que corta o município, contava apenas com vilas de pescadores e grandes fazendas em suas margens, além de sítios e chácaras nos arredores. Neste contexto, o processo de desenvolvimento da cidade possui dois pontos de partida: o primeiro é Antonio Agu, um italiano proprietário de diversas terras da região, que em 1890 iniciou a Companhia Cerâmica Industrial de Vila Osasco, primeira indústria da cidade. Em seguida, em 1895, a construção da Estação Ferroviária, mais tarde nomeada como Osasco, constituiu o segundo marco. A partir desses dois empreendimentos, a cidade passou a receber a instalação de comércios e indústrias, assim como trabalhadores para atuarem em tais locais.

Atualmente, a cidade conta com um dos maiores parques industriais do Estado de São Paulo, destacando-se no cenário econômico com diversas indústrias de grande, médio e pequeno porte, predominando a metalurgia pesada.

Desse modo, o município de Osasco, fundado oficialmente no ano de 1962, encontra-se na região metropolitana de São Paulo (RMSP), sendo vizinha da capital no sentido oeste. Também faz divisa com os municípios de Barueri, Carapicuíba e Cotia, em sua área de aproximadamente 65 km², da qual 100% do território é localizado em zona urbana (SEPLAG, 2018). O município é dividido pelo Rio Tietê que se comporta como uma barreira natural, o que influenciou a baixa integração entre a região norte e sul do município, que possui poucas opções de integração. Essa divisão e sua localização em relação à RMSP podem ser observadas no mapa a seguir.

¹Disponível em: <<https://osasco.sp.gov.br/sobre-osasco/>>. Acesso em: 27/18/2021.

Mapa 1 - Divisão administrativa de Osasco



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Seu eixo rodoviário é bem integrado com a RMSP, de modo que conta com o Rodoanel Mário Covas, e as rodovias Anhanguera, Raposo Tavares, Bandeirantes, Régis Bittencourt e Castelo Branco, que é o principal acesso à cidade. Além disso, a cidade também conta com alguns trechos dos trens urbanos das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). No Mapa 2 anexado a seguir os trechos rodoviários e ferroviários podem ser conferidos.

vivos num dado período) e intensa migração de pessoas vindas de diversas regiões do país; o caso, por exemplo, de duas dentre as maiores concentrações: Padroeira (Zona Sul) e Munhoz Júnior (Zona Norte). (SEPLAG e PMO, 2018, p. 6)

As características populacionais em relação à cor/ raça, em comparação à RMSP e ao Estado de SP, estão dispostas da seguinte maneira:

Tabela 1 - Comparativo entre regiões pela cor/raça da população residente.

População residente total por cor ou raça	Osasco		RMSP		ESP	
	<i>Absoluta</i>	<i>Percentual</i>	<i>Absoluta</i>	<i>Percentual</i>	<i>Absoluta</i>	<i>Percentual</i>
Branca	389.556	58,4%	11.549.952	58,7%	26.264.150	63,7%
Preta	41.620	6,2%	1.244.956	6,3%	2.244.326	5,4%
Amarela	7.254	1,1%	361.901	1,8%	570.150	1,4%
Parda	227.394	34,1%	6.495.293	33,0%	12.122.836	29,4%
Indígena	543	0,1%	22.915	0,1%	44.800	0,1%
Ignorado	374	0,1%	8.957	0,0%	15.937	0,0%
Total	666.740	100,0%	19.683.975	100,0%	41.262.199	100,0%

Fonte: Censo Demográfico, 2010. IBGE.

De acordo com a Tabela 1, entende-se que padrão é semelhante ao da RMSP, e nota-se que a maior parte da população é composta por indivíduos autodeclarados brancos, seguida da população preta e parda.

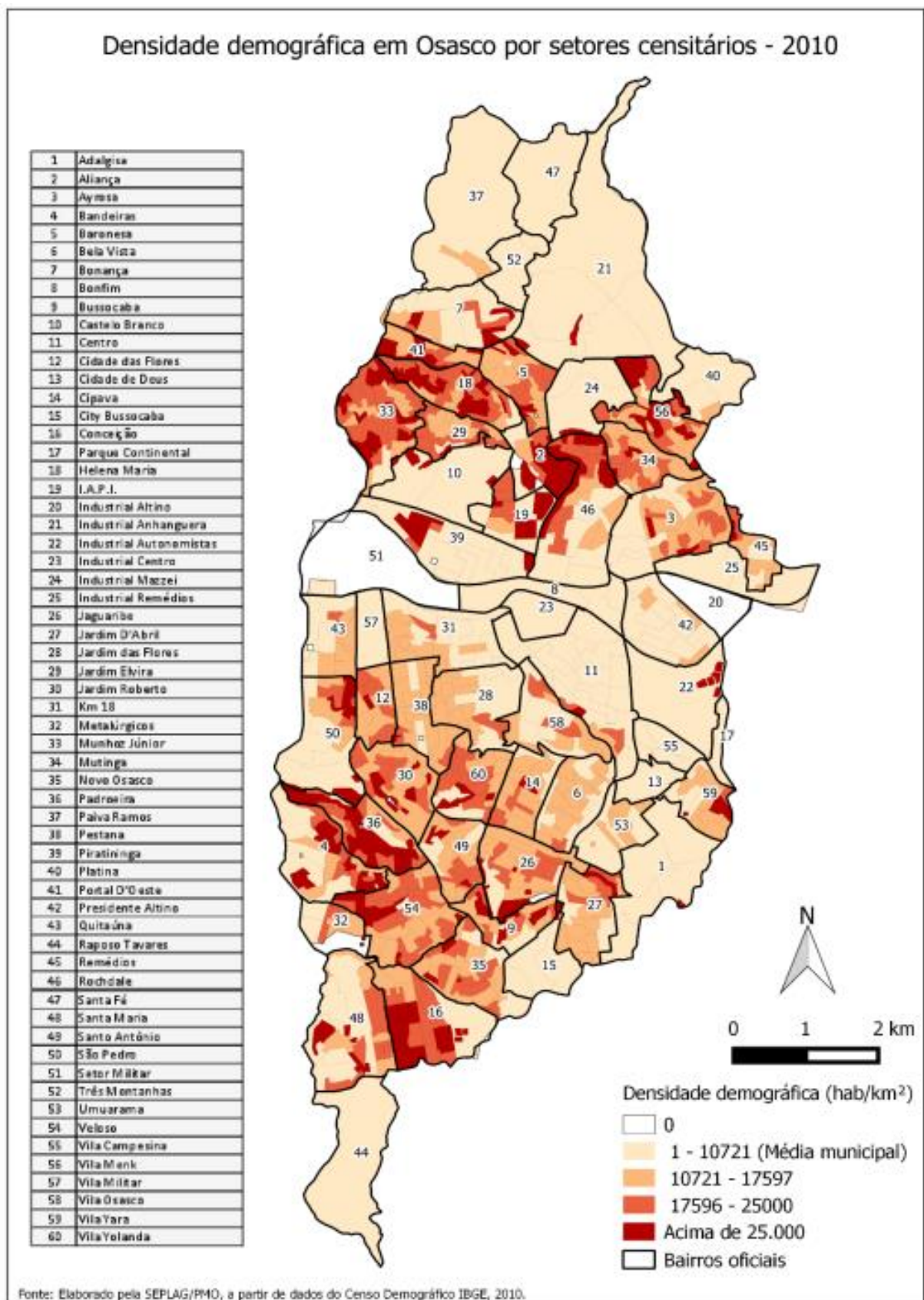
Em relação às características etárias, ainda considerando o censo de 2010, a maior parte da população encontra-se na faixa dos 25 aos 29 anos, o que representaria 4,7% da população total. A partir dessa idade, a porcentagem passa a diminuir seguindo um padrão de 0,4% a 0,6%.

Quanto à distribuição dessa população, através da observação do Mapa 3, nota-se que a população é concentrada nas porções norte e sul do município, visto que os distritos que ocupam o centro geográfico do município são destinados, em maioria, às indústrias, comércios e serviços.

Em relação à moradia, o centro conta com habitações antigas e condomínios verticais.

Quanto aos extremos do município, suas características fazem com que sejam classificados como “(...) vazios demográficos, caso do extremo Norte, área de forte preservação de mata atlântica, ou no Raposo Tavares, onde existem os Centros de Detenção Provisória (CDP) e algumas transportadoras.” (SEPLAG e PMO, 2018, p. 6).

Mapa 3 - Densidade demográfica em Osasco por setores censitários - 2010



Fonte: SEPLAG/ PMO, 2018

No sentido econômico, em relação ao estado, Osasco possui o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB), e em relação ao país, possui o 8º maior PIB³. Ao longo do tempo, a cidade contou com a instalação de indústrias e empresas de porte, funcionando como pólo de atração de mão-de-obra. Com a reestruturação produtiva a partir da década de 80 até a de 90, a desconcentração industrial gerou a saída de diversas empresas da RMSP, logo, de Osasco, o que possibilitou um maior desenvolvimento do setor terciário com empreendimentos como hipermercados, shoppings, entre outros (VICENTINI, 2010). Atualmente, a cidade também tem atraído sedes de empresas multinacionais, escritórios, centros de distribuição e afins, segundo dados da prefeitura municipal.

Do ponto de vista ambiental, a cidade de Osasco, por localizar-se numa região metropolitana e fortemente urbanizada, conta com problemas ambientais típicos desse contexto, como poluição do ar e das águas, ausência de arborização, ocupação inadequada de morros e fundos de vale, entre outras questões. Segundo o relatório “Osasco em Números” (SEPLAG, 2019), os principais desafios a serem enfrentados, considerando dados de 2017, envolvem a questão da perda de água durante a distribuição (40,08%), coleta de esgoto insatisfatória (58,97%), baixo índice de tratamento de esgoto (43%), emissão de gases poluentes, deslizamentos de terra e inundações.

Apesar de tais problemáticas, o município conta com ações de educação ambiental promovidas pela Secretaria de Meio Ambiente através de seu Departamento Técnico e de Educação Ambiental, “...que empreende monitorias, oficinas, cursos e eventos com a temática ambiental para munícipes e servidores” (SEPLAG, 2019).

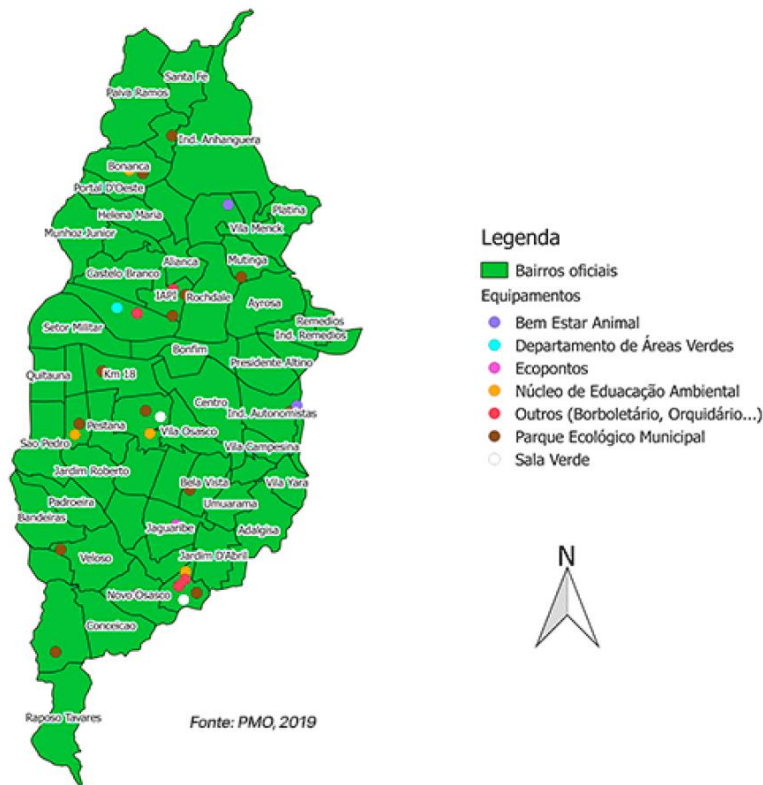
Responsável por elaborar e implementar programas e projetos socioambientais, também atua na elaboração de leis e planos municipais, no planejamento orçamentário e estratégico da Secretaria. (...) O DTEA tem como meta proporcionar qualidade nos serviços prestados aos munícipes e ao meio ambiente conduzindo Osasco ao Desenvolvimento Sustentável. (SEMA, 2019, p. 17)

No mapa a seguir é possível identificar os equipamentos ambientais presentes no município.

³ Dados extraídos do levantamento do Produto Interno Bruto dos Municípios, realizado pelo IBGE em 2018. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/osasco/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2018>>

Mapa 4 - Equipamentos ambientais

EQUIPAMENTOS



Fonte: SEPLAG, 2019

2. AGRICULTURA URBANA

2.1 CONCEITUAÇÃO

Smit, Nasr e Ratta (2001) afirmam que a história das cidades sempre contou com a presença da agricultura urbana, que não é recente e esteve presente em diversos locais ao longo do tempo, e citam a possível argumentação de que “(...) essa intensa produção de alimento é o que permitiu que as sociedades criassem cidades e civilizações.” (SMIT; NASR; RATTA, 2001, cap. 2, p. 5, tradução nossa.), utilizando países como China, Índia, Iraque, México, Guatemala, Peru, entre outros, como exemplo.

Esses mesmos autores dedicaram-se à análise do prelúdio da AU e sua evolução até décadas mais recentes, e indicaram oito principais fatores históricos e contemporâneos que tiveram influência sobre seu desenvolvimento, sendo eles: 1) Continuidade de práticas históricas, considerando práticas de AU realizadas há décadas ou séculos, em países como,

por exemplo, China e México; 2) Natureza da domesticação de plantas e animais e sua relação com os seres humanos, onde a diferença entre os ambientes rurais e urbanos gera uma alteração nas metodologias de cultivo de plantas e de criação de animais; 3) Concepção e gestão de ambientes naturais e artificiais, que varia de acordo com a sociedade, visto que algumas integram as atividades de agricultura ao meio urbano, enquanto outras não; 4) Revolução agrícola industrial, que gerou uma série de mudanças e demandou iniciativas da AU perante a tendência de dominação das zonas rurais sobre a agricultura; 5) Revolução da informação global, que permite a divulgação de informações sobre a produção urbana de alimentos. 6) Rápida urbanização pós Segunda Guerra Mundial, concentrando as populações no meio urbano e demandando soluções em relação à alimentação que ocorressem sob a proximidade dessas pessoas, ou seja, em solo urbano; 7) Padrões de assentamento resultantes da urbanização contemporânea, que indicam um desenvolvimento urbano com densidade cada vez menor, trazendo oportunidades para a expansão da AU; 8) Grande expansão de segmentos de baixa renda da população urbana, que podem ser observados pela reinvenção da agricultura nas cidades buscando a segurança alimentar.

Especificamente no contexto da América Latina e do Caribe, historicamente a AU ganha destaque entre os povos astecas, incas, maias e outras civilizações pré-colombianas. Já sob uma observação de suas manifestações mais recentes, podemos compreendê-la a partir do seguinte contexto:

As cidades espanholas e portuguesas nas Américas foram projetadas, construídas e administradas como sedes para governar o interior. A agricultura urbana sofreu resistência. Após a independência, e particularmente com a rápida urbanização após a Segunda Guerra Mundial, a agricultura urbana ressurgiu nas periferias ao redor das antigas cidades coloniais. Em alguns casos (por exemplo, os *chinampas*), a cidade em crescimento engolfou um sistema agrícola especializado. (SMIT; NASR; RATTA, 2001, cap. 2, p. 24, tradução nossa.)

O ressurgimento da agricultura urbana nesses locais possui relação direta com a urbanização desordenada e o consequente crescimento da fome, acelerada pela instabilidade política e econômica. Enquanto a AU anterior ao período dos anos 70 - abandonada devido ao adensamento e urbanização das cidades - possuía um caráter majoritariamente econômico relacionado ao abastecimento alimentício, observa-se que a AU contemporânea traz consigo não só a materialidade do cultivo de alimentos como também a abordagem de pautas ambientais e sociais considerando a possibilidade de superar-se determinadas problemáticas

urbanas. Tal prática pode representar uma das soluções para a crise urbana ao estimular a segurança alimentar, geração de trabalho e renda e preservação ambiental (FAO, 2012).

Neste sentido, Caldas e Jayo (2019) afirmam que a AU volta a ganhar destaque por volta dos anos 70, visto que passa a ser caracterizada como ferramenta de melhoria do meio urbano.

Realizando uma retrospectiva mais específica, Suzuki e Berdoulay (2016) descrevem que foi o contexto do ativismo dos anos 60 nos EUA que promoveu, através do movimento de Green Guerillas ou do People's Park, a criação de um jardim comunitário que possuía um caráter ecológico e social, simultaneamente. Tal marco ocorrido em 1973 teria sido um dos principais acontecimentos impulsionadores do que atualmente é conhecido como agricultura urbana (SUZUKI & BERDOULAY, 2016). Considerando esse breve histórico e partindo dessa ressignificação que a AU sofre, interessa-nos compreender a conceituação das práticas de AU a partir dos anos 70, que ganham novos significados e modos de funcionamento.

O processo de entrar em contato com a conceituação da AU vai além do fim prático de estudo: é algo que também faz parte do processo de utilizar e integrar a agricultura urbana às cidades, pois tal feito demanda a compreensão de suas características, limitações, potencialidades e afins, visto que a realização plena de uma prática demanda uma clareza sobre seu funcionamento e seu sistema.

A definição do termo “agricultura urbana” é um procedimento relativamente complexo, visto que passa pela necessidade de se compreender questões correlatas que também manifestam um grau de complexidade notável como, por exemplo, o que diferencia o meio urbano do rural e como classificamos as atividades de agricultura enquanto práticas urbanas ou não, a depender das características da área em que ocorrem. Além disso, a AU manifesta um caráter multidisciplinar, e possui diversos fins: “(...) neste século XXI, diferentes públicos têm se engajado em formas de agricultura urbana por diferentes motivos, tais como: terapia, recreação, autoabastecimento, renda e ativismo.” (NAGIB, 2016, p. 53).

Portanto, devido a essa pluralidade de fatores as definições apresentam algumas variações de acordo com os autores e suas respectivas áreas de estudo.

Inicialmente, ao depararmos com o termo “agricultura urbana”, é possível que haja um estranhamento quanto à possível contradição das palavras, visto que a agricultura é majoritariamente associada às práticas realizadas no meio rural. Entretanto, tal termo é cabível, visto que a prática da agricultura pode ocorrer e de fato vem ocorrendo em solo urbano. No caso, a principal diferença entre a agricultura urbana e a rural, é que a AU estaria integrada à

economia urbana local e ao seu sistema ecológico, logo, ao planejamento da cidade (MOUGEOT, 2000), ou seja, não se trata de um mero resquício do rural no meio urbano, mas de uma prática que de fato pertence a ele (COUTINHO & COSTA, 2011).

Antes de analisar as definições de agricultura urbana, uma diferenciação relevante a ser feita seria entre a agricultura urbana (ou intra-urbana) e a periurbana, por mais que, na maioria das vezes em que os autores utilizam o termo “agricultura urbana” estejam referindo-se também à periurbana. Uma distinção elaborada pela Food and Agriculture Organization (FAO), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), afirma que a diferença entre as modalidades reside em suas localizações em relação à cidade. No caso da agricultura intra-urbana, tratam-se de atividades agrícolas que ocorrem dentro da cidade, e no caso da agricultura periurbana, seriam atividades realizadas em unidades agrícolas próximas à cidade, ou seja, em seus arredores e mais especificamente em fazendas. A partir disso, deparamo-nos com a questão dos limites dos municípios: a FAO afirma que os territórios incluídos nos limites das cidades, assim como o que seriam os seus arredores, variam de país para país. A distinção entre urbano e periurbano depende da densidade, tipos e padrões de uso da terra, que determinam as restrições e oportunidades para a agricultura (FAO, 1999). Segundo Mougeot (2000), os estudos que buscam realizar essa diferenciação consideram aspectos demográficos, territoriais (em relação aos limites municipais), jurídicos e relacionados ao uso do solo, e afirma que dentre as duas modalidades, a mais difícil de ser definida é a periurbana, visto que os estudos utilizam critérios variantes.

Os autores têm buscado traçar o limite externo da área periurbana, identificando por exemplo as zonas urbanas, suburbanas e periurbanas com relação à sua porcentagem de edificações e à infraestrutura viária e aos espaços abertos por km² (Losada e outros, 1998). Outros usam a distância máxima entre o centro urbano e as áreas que podem abastecer, com bens perecíveis, a cidade, de modo cotidiano (Moustier, 1998); ou a área até a qual as pessoas que vivem dentro dos limites administrativos da cidade podem deslocar-se para se dedicarem a atividades agrícolas. (Lourengo-Lindell, 1995). (MOUGEOT, 2000, p. 10)

De volta à conceituação da AU, Mougeot (2000), realizando revisões de estudos a respeito do que se trataria a prática de agricultura urbana, destaca os fatores comuns encontrados nas definições. Seriam eles: tipos de atividade econômica; categorias e subcategorias de produtos alimentícios e não alimentícios; caráter da localização intra-urbana e periurbana; tipos de áreas onde ela é praticada; tipos de sistemas de produção; destinação e escala de produção. Ao mesmo tempo, afirma que tais elementos não são o suficiente para

compreender a particularidade da agricultura urbana e sua diferença da agricultura rural. Entende que sua especificidade, na verdade, consiste na existência de integração e interação das atividades com o ecossistema urbano. Durante esse processo de revisão dos estudos sobre AU, Mougeot afirma que esse ponto chave de diferenciação é negligenciado pela maioria dos autores, visto que definem a agricultura urbana apenas em termos gerais. Buscando preencher essa questão, Mougeot explora a relação entre a AU e o que ele chama de “ecossistema urbano”, e compreende que:

A principal característica da AU que a distingue da AR é a sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (doravante referido como "ecossistema"). Não é a sua localização urbana que distingue AU da AR, mas o fato de que ela está inserida e interagindo com o ecossistema urbano (Richter et al., 1995: 6). A integração no sistema urbano foi crucial para a persistência da AU, mais ainda para sua influência tecnológica e econômica sobre a RA ao longo da história. (MOUGEOT, 2000, p. 10)

Essa referida integração da AU com o ecossistema urbano trata-se, segundo o autor, de três tipos de relações que expressam diferentes graus de integração, sendo elas: 1) um determinado momento em que a agricultura rural, intra-urbana e periurbana irão interagir e se complementar e, dentre as três, a agricultura intra-urbana será a mais integrada ao ecossistema urbano, o que significa que “Em outras palavras, a agricultura será mais ou menos urbana, na medida em que usará o ecossistema urbano e, por sua vez, será usada por esse mesmo ecossistema urbano.” (MOUGEOT, 2000, p. 12); 2) a relação entre o tamanho e a complexidade das cidades que, quanto maiores, apresentarão um aumento na presença de agricultura urbana em relação à centros menores; 3) o processo de urbanização ao longo do tempo e em qualquer cidade aumentará a agricultura urbana intensiva, visto que o tamanho dos lotes usados para agricultura vão sendo reduzidos e os sistemas de produção intensificados e especializados.

Outras formas de relação menos complexas que expressam a integração entre a AU e o ecossistema urbano seriam, por exemplo, com o manejo de solos urbanos, com os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos, com o desenvolvimento urbano sustentável, com segurança alimentar urbana e com estratégias de sobrevivência urbana (MOUGEOT, 2000). De maneira semelhante, Santandreu e Lovo (2007) descrevem a agricultura urbana e periurbana como atividades praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos com vínculo direto às dinâmicas urbanas, assim como à gestão territorial e ambiental das cidades.

Considerando esses aspectos, é possível sintetizar a conceituação da AU da seguinte maneira:

AU é uma indústria localizada dentro (intra-urbana) ou na periferia (peri-urbana) de um pequeno município, de uma cidade ou de uma metrópole, que estimula ou produz, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, (re)utilizando amplamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e ao redor dessa área urbana e, por sua vez, fornecendo recursos humanos e materiais, produtos e serviços em grande parte para essa área urbana (...) (MOUGEOT, 2000, p. 11)

Smit, Nasr e Ratta (2001) possuem definição similar e a complementam, destacando a relação da AU com a saúde e com o meio ambiente:

(...) Normalmente, a agricultura urbana aplica métodos de produção intensiva, frequentemente usando e reutilizando recursos naturais e resíduos urbanos, para produzir uma ampla variedade de fauna e flora terrestres, aquáticas e aéreas, contribuindo para a segurança alimentar, saúde, subsistência e meio ambiente do indivíduo, família e comunidade. (SMIT; NASR; RATTÀ, 2001, cap. 1, p. 1, tradução nossa.)

Santandreu e Lovo (2007) consideram que parte do conceito de agricultura urbana encontra-se também no que as atividades se baseiam, e consideram que as mesmas devem pautar-se na valorização dos saberes e conhecimentos locais e no estímulo da equidade de gênero por meio do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos que, por sua vez, promovem a gestão urbana social e ambiental das cidades (SANTANDREU & LOVO, 2007). Desse modo, abre-se espaço também para o estímulo à democratização do acesso aos alimentos, remédios e renda (COUTINHO & COSTA, 2011), ou seja, é uma prática e um conceito que possui amplos significados e finalidades. Além das questões mencionadas, a prática da AU também vem fomentando o debate político sobre o acesso à terra e a segregação socioespacial.

A compreensão da AU em sua totalidade inclui observar quais são os agentes envolvidos em suas atividades. Dentre os principais, podemos citar “(...) os fornecedores de recursos, insumos e serviços e os produtores, os transportadores e os processadores, os varejistas e os consumidores, os promotores e os gestores.” (MOUGEOT, 2000, p. 14). Tais agentes pertencem a iniciativas públicas e privadas, aos setores formais e informais da

economia, e aos tipos de relação que estabelecem entre si, que podem ser variantes, entre harmônicas ou competitivas.

Quanto aos produtores, entende-se que não existe um perfil padrão, visto que a AU é exercida por grupos e indivíduos com características distintas e, às vezes, até mesmo opostas: “Ele ou ela pode emergir de qualquer ponto ao longo do espectro populacional de uma cidade. Os fazendeiros urbanos incluem os ricos e os pobres, os imigrantes recentes e a pequena nobreza.” (SMIT; NASR; RATTA, 2001, cap. 3, p. 1, tradução nossa.). Apesar dessa diversidade, os autores observam que, na maioria dos países em desenvolvimento, grande parte dos produtores fazem parte de grupos de baixa renda que, no caso, geralmente são mulheres. Santandreu e Lovo (2007) ao analisar o cenário nacional reafirmam essa pluralidade de condições e, da mesma maneira, destacam a participação de grupos vulneráveis, citando, além das mulheres, desempregados, migrantes rurais, portadores de necessidades especiais, crianças, jovens, idosos, produtores periurbanos, comunidades tradicionais, entre outros.

2.2 AGRICULTURA URBANA EM OSASCO

Como citado anteriormente, o cultivo de alimentos no meio urbano não é algo recente. Entretanto, no contexto da América Latina, o reconhecimento e o estímulo passam a ser mais notáveis apenas por volta dos anos 70, onde a AU passa a receber suporte institucional, visto que ganhou “(...) algum destaque em momentos de crises, como períodos de guerra ou recessões econômicas, e, atualmente, em consequência das catástrofes ambientais, em que a oferta e o acesso aos alimentos pelos setores sociais carentes tornam-se problemas.” (LOVO, 2011).

O cenário brasileiro, em específico, contou com a urbanização acelerada ao longo do século XX, quando ocorre também o aumento da demanda por alimentos nos centros urbanos e a necessidade de soluções. Diante desse cenário, a agricultura urbana passa a ser incluída no planejamento das políticas públicas (CALDAS & JAYO, 2019). Os debates sobre a agricultura urbana surgiram a partir da emergência, na década de 1980, de um novo pensamento ambiental e são reafirmados quando tal prática é vista como uma das possíveis respostas aos desafios colocados aos governos locais, responsáveis por criar ações públicas contra a fome e a pobreza urbana que ainda se observava em níveis alarmantes na década de 1990. (COUTINHO & COSTA, 2011).

Rostichelli (2013) relembra que a AU passou a ganhar maior visibilidade quando tornou-se alvo de políticas públicas de governos progressistas, como o Partido dos

Trabalhadores (PT). Tal afirmação corresponde ao caso do município de Osasco, local de estudo da pesquisa, visto que no município o fomento à AU teve sua origem em 2007 sob o mandato do prefeito Emídio Pereira de Souza, filiado ao PT. No caso, este ano foi marcante não só para o município de Osasco como também para o cenário nacional:

Em junho do mesmo ano foi realizado o 1º Seminário Nacional de Agricultura Urbana, que validou as Diretrizes da Política Nacional de AUP. Esse ano, o MDS em parceria com o IPES – Promoción del Desarrollo Sostenible elaborou uma proposta para a implantação de uma rede nacional de agricultura urbana, com vistas à implantação de centros de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. (LOVO e NUÑEZ, 2011, p.30)

2.2.1 Órgãos e políticas públicas

Quando analisamos a adesão das políticas públicas à AU, deparamo-nos com 2007 enquanto ponto de partida.

O fomento ao segmento econômico Agricultura Urbana tem sua origem em 2007, através da implantação da Horta Modelo, situada na Zona Norte da Cidade, resultado de parceria entre a SDTI (Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão) e Sema (Secretaria do Meio Ambiente). (...) Em 2007, Osasco foi selecionado pelo Edital 1/2007 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), o Projeto de Agricultura Urbana foi implementado no município e vem expandindo-se por 6 (seis) áreas produtivas (hortas) dos 64 km² da cidade em novos espaços urbanos, cedidos em comodato pela AES Eletropaulo, localizados nas áreas de maior exclusão social. Assim concretiza-se em oportunidades de acesso à produção, a segurança alimentar, a preservação ambiental e geração de renda, beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade social do município, sobretudo aquelas que compõem o Programa Bolsa Família. (PREFEITURA DE OSASCO, 2008, p. 97)

Dentre as seguintes atribuições da referida Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), atual Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda, é possível encontrar elementos que, de alguma maneira, podem ser diretamente correspondidos pelas práticas de AU:

- IV. Elaborar e desenvolver projetos de apoio às iniciativas voltadas à economia criativa, à economia solidária, visando o aprimoramento das atividades e o processo de formalização dos empreendimentos;
- V. Implementar um sistema de banco de dados e de informações relativo à área do trabalho, emprego, desemprego e níveis de renda, visando subsidiar as ações voltadas às políticas da referida Secretaria;
- VI. Implementar projetos de inclusão social e fomentar as ações produtivas dos grupos pertencentes à esfera de vulnerabilidade social;
- XIII. Planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações e programas de fomento à economia popular e solidária e microcrédito produtivo orientado;
- XVII. Contribuir na sustentabilidade e viabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários;
- XXI. Identificar grupos vulneráveis, propondo programas, projetos e ações

emancipatórias e de inclusão social e profissional; (PREFEITURA DE OSASCO, n.d.)⁴

Já no caso da Secretaria do Meio Ambiente que, atualmente, corresponde à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, as atribuições relacionadas ao tema seriam as de administração dos parques públicos, manutenção das praças e áreas verdes do município, representando possíveis locais de cultivo de produtos agrícolas e educação ambiental que estimule a conscientização acerca da importância da AU. A secretaria também desenvolve diversos programas, sendo os dois a seguir ligados direta ou indiretamente à AU:

1) Boas Práticas Agroambientais. Objetivo: Incentivar as práticas sustentáveis sem agredir o meio ambiente por meio do cultivo de hortaliças e flores. De que forma? Capacitando munícipes com o propósito de tornarem-se multiplicadores do conhecimento; Trazendo a conscientização ambiental com a prática da produção de alimentos saudáveis e sem uso de agrotóxicos; Proporcionando sustento e recurso financeiro extra às famílias.;

2) Adote uma área verde. O Programa Adote Uma Área Verde permite que pessoas físicas e jurídicas adotem praças e canteiros do município de Osasco, colaborando para manutenção das áreas verdes e responsabilizando-se pela manutenção do paisagismo do local. O município zela pela conservação das praças, sabendo da contribuição delas para diminuir a temperatura nos centros urbanos e permeabilização do solo (possibilitando que a água infiltre no solo e não provoque alagamentos). (PREFEITURA DE OSASCO, n.d.)⁵

O referido Edital 1/2007 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) é descrito da seguinte maneira:

A partir de 2007 o MDS modifica sua estratégia pensando em focar suas ações de apoio aos municípios de regiões metropolitanas. Esta mudança se materializa no Edital SESAN/MDS 01/2007 orientado a apoiar municípios que integrem as capitais instituídas como regiões metropolitanas para implementar programas, projetos e iniciativas de agricultura urbana e periurbana nas linhas de produção, beneficiamento, e comercialização agro alimentar. (LOVO e NUÑEZ, 2011, p. 29)

Ao buscar informações mais recentes sobre as características da AU do município e sua relação com os órgãos oficiais, tem-se um evento importante que serve como ponto de partida para a caracterização e compreensão da AU em Osasco: a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Osasco em 2016, posteriormente instituído pela Lei nº 4842, de 30 de outubro de 2017. Tal plano foi iniciativa da Secretaria de Planejamento e Gestão em conjunto com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA) e gestoras das secretarias de Assistência Social (SAS), Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), Educação (SE), Indústria, Comércio e Abastecimento (SICA),

⁴ Disponível em: <<http://www.osasco.sp.gov.br/secretaria-de-emprego-trabalho-e-renda/>>

⁵ Disponível em: <<http://www.osasco.sp.gov.br/secretaria-de-meio-ambiente-e-recursos-hidricos/>>

Meio Ambiente (SEMA) e Saúde (SS). Na mesma ocasião foi formalizada também a criação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar (CAISAN).

No Plano, as seções referentes à agricultura urbana descrevem brevemente as características, distribuição e modo de atuação dos agricultores. Uma questão interessante presente no documento é a afirmação de que apesar do projeto de AU ter sido criado em 2007, até o momento da elaboração do documento (2016-2017) o projeto não havia sido regulamentado formalmente. O documento faz uma breve retrospectiva sobre o início da prática no município, abordando o motivo de sua implantação, os benefícios que têm sido gerados tanto para os produtores quanto para a população em geral, como os espaços antigamente ociosos têm sido reaproveitados, etc. Aborda também as dificuldades enfrentadas em relação a procedimentos técnicos de agricultura, falhas de comunicação e divulgação do projeto, entre outras questões.

Ao longo do documento são citadas diretrizes que deverão ser alcançadas por diversos programas e seus projetos. Compreende-se que no município existe o programa de agricultura urbana por si só, mas que também comporta-se como projeto de outros programas, como o “Banco de Alimentos”, “Provisionamento de alimentos para populações em situação de vulnerabilidade social”, “Horta nas escolas” e “Restaurante do Servidor”.

Com base nos documentos citados, é possível observar que a AU de Osasco está ligada direta e indiretamente a diversos setores, programas e projetos.

2.3 HORTAS URBANAS E CARACTERÍSTICAS GERAIS

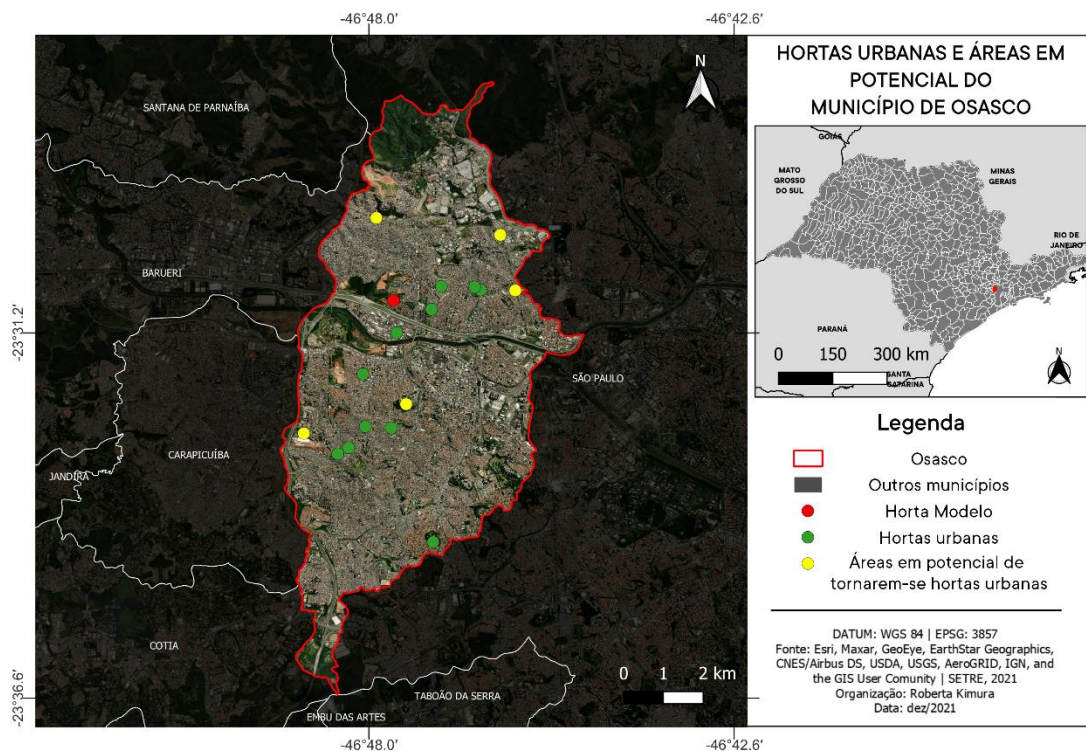
As informações reunidas a seguir foram enviadas pelo Centro Público de Economia Solidária, que faz parte da Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda (SETRE). As informações são baseadas em relatórios recentes, com dados a partir do ano de 2018 até 2021, e contam com o registro da localização das hortas existentes, além da indicação de áreas em potencial de tornarem-se hortas.

Atualmente, tendo como referência 2021, o Programa de Economia Solidária através da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários atua junto ao segmento de AU, com objetivo de gerar trabalho e renda de forma coletiva utilizando espaços públicos e privados. Os princípios que regem o projeto de AU no município são os da economia solidária, agroecologia, segurança alimentar e preservação do meio ambiente (PMO, 2017).

A cidade conta com 12 hortas e 5 áreas em potencial de tornarem-se hortas urbanas. Existem também 544 canteiros. As hortas são implantadas em áreas da prefeitura, da Enel

(antiga AES Eletropaulo), do Exército, Transpetro e parques. No mapa a seguir é possível observar a localização das 12 hortas, com destaque para a “Horta Modelo”, onde o trabalho de campo da presente pesquisa foi realizado.

Mapa 5 - Localização das hortas urbanas de Osasco



Fonte: SETRE (2021).

Os tipos de área onde as atividades são praticadas são “Espaços Não Edificáveis”: laterais de vias férreas, laterais de estradas e avenidas, margens de cursos d’água e áreas inundáveis, faixa sob linhas de alta tensão. Nessas áreas, são realizadas atividades de produção agrícola e de insumos (como sementes, mudas, húmus), comercialização, autoconsumo, trocas e doações a espaços institucionais ou à população da comunidade.

As pessoas atendidas pelo projeto correspondem a 52 agricultores ativos e indiretamente 200 pessoas, que seriam a família dos agricultores (PMO, 2017). O programa atende indivíduos de baixa renda, em vulnerabilidade social ou de grupos de inclusão social, aposentados buscando uma ocupação, ou pessoas que simplesmente gostem e possuam

aptidão para trabalhar nas hortas. O atendimento ocorre por três etapas, que seriam a de entrevista, pré-incubação e incubação. Em seguida, as pessoas são alocadas em hortas próximas às suas residências ou em hortas que demandem mais participação. Depois de inseridas, recebem orientações técnicas sobre o manejo da horta e passam pelo processo de incubação sob os princípios de economia solidária.

Dentre as necessidades materiais dos agricultores, tem-se os seguintes itens: carrinho de mão, enxadas, enxadões, sanchos (enxadinha), cavadeiras, rastelo, garfo, pás, cavadeiras, regadores, tesourão, lima, martelos, cadeados, turquesas, luvas, vassouras, conjunto de pás amarelas, trena (50 metros) e roçadeira. Quanto à infraestrutura das hortas, tem-se a necessidade de arrumar o portões e muros para controle de acesso, a estrutura do barracão (telhado, portas, cadeado, banheiro), realização de melhorias na irrigação e adequação da estufa (bancadas, bandejas, tubetes, irrigação).

Na tabela a seguir, tem-se a quantificação de uma série de atividades relacionadas à agricultura urbana do município nos últimos 3 anos.

Tabela 2 - Atividades de AU

ATIVIDADES	2018	2019	2020
Hortas	11	11	12
Agricultores atendidos	40	47	52
Certificados	13	--	--
Pré-incubação	6	10	3
Visitas técnicas	112	228	107
Oficinas CAPS	5	32	5
Oficinas (Escolas municipais, IPMO, Senac)	2	4	--
Feiras	3	5	--
Quintal Solidário	1	1	--
Semana Economia Solidária	--	1	--
Audiência Pública (Câmara)	1	1	--
Mutirão em hortas	2	--	1
Doações (Esportes, SSO, Trasix)	3	--	7
Participação em reuniões com outras secretarias (SEMARH, SSO)	5	1	--
Participação em reuniões com instituições (Fatec, Trasix, Igreja, Caps, Audax, Unifesp, Enel, Senac)	7	4	4
Participação em eventos, palestras	3	8	--
Compras de mudas em Ibiúna	15	21	10

Fonte: SETRE (2021).

É possível notar que houve o aumento de algumas atividades como oficinas e feiras entre 2018 e 2019 e notáveis reduções em 2020, ano em que a pandemia do Covid-19 iniciou-se no Brasil.

Na próxima tabela, é possível observar os gastos da prefeitura com as hortas em atividade:

Tabela 3 - Custos de espaços para prefeitura de Osasco - base 2019

CUSTOS DE ESPAÇOS PARA PREFEITURA DE OSASCO – BASE 2019						
	Custos Poda (R\$ 900,00/dia)	Custos Capina (R\$ 220,00/ hora)	Custos Retirada de lixos(R\$ 220,00/ caminhão)	Mensal	Anual	Custo em 3 anos
Hortas						
Modelo	R\$ 2.200,00	R\$ 900,00	R\$ 880,00	<u>R\$ 3.980,00</u>	R\$ 47.760,00	R\$ 143.280,00
Vicentina	R\$ 4.400,00	R\$ 900,00	R\$ 880,00	R\$ 6.180,00	R\$ 74.160,00	R\$ 222.480,00
Simpatia	R\$ 2.200,00	R\$ 900,00	R\$ 440,00	R\$ 3.540,00	R\$ 42.480,00	R\$ 127.440,00
Cheirinho Verde	R\$ 2.640,00	R\$ 900,00	R\$ 880,00	R\$ 4.420,00	R\$ 53.040,00	R\$ 159.120,00
Chico Mendes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 440,00	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00	R\$ 15.840,00
Cantinho Verde	R\$ 4.400,00	R\$ 900,00	R\$ 1.320,00	R\$ 6.620,00	R\$ 79.440,00	R\$ 238.320,00
Caps	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 220,00	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00	R\$ 7.920,00
Estufa Escola	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 440,00	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00	R\$ 15.840,00
Banco de Alimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 220,00	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00	R\$ 7.920,00
Audax	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.860,00	R\$ 6.860,00	R\$ 82.320,00	R\$ 246.960,00
Maná	R\$ 2.200,00	R\$ 0,00	R\$ 220,00	R\$ 2.420,00	R\$ 29.040,00	R\$ 87.120,00
Total das hortas	R\$ 22.040,00	R\$ 4.500,00	R\$ 8.800,00	R\$ 35.340,00	R\$ 424.080,00	R\$ 1.272.240,00

Fonte: SETRE (2021).

A única horta ausente na lista é a Horta Passaredo, localizada no bairro Jardim Aliança.

Observa-se que os custos totais do projeto são muito baixos para uma prefeitura do porte de Osasco que, em 2018, por exemplo, contava com uma receita orçamentária estimada de R\$ 2.470.056.790,00⁶, principalmente quando refletimos sobre o retorno social e ambiental que o projeto oferece e pode oferecer.

⁶ Lei nº 4866, de 27 de dezembro de 2017.

3. OBSERVAÇÃO DE CAMPO

3.1 Metodologia e recursos

Para a realização da pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a agricultura urbana no Brasil e sobre conceitos que a definem e a explicam. Posteriormente, foram buscadas documentos oficiais a respeito do município de Osasco, principalmente em relação à implantação de projetos de AU para fins de compreensão dos órgãos, agentes e procedimentos envolvidos. Desse modo, buscou-se compreender a agricultura urbana em si e o contexto em que o município está inserido em relação às políticas públicas voltadas para esta prática.

Com o avanço das vacinações, foi possível realizar um trabalho de campo na “Horta Modelo” durante um período de 4 dias, onde as atividades diárias foram acompanhadas sob o recurso etnográfico, que inclui breves anotações de campo, a produção de um diário de campo com descrições densas e, mais tarde, a escrita de um texto etnográfico final.

A etnografia é um método de trabalho característico da antropologia, logo, de antemão faz-se necessário pontuar que, ainda assim, não se trata de uma pesquisa em antropologia, mas sim do uso da etnografia enquanto recurso de pesquisa. Tal recurso basicamente consiste em descrever e interpretar as dinâmicas de um determinado ambiente, as ações e interações das pessoas e afins, com o objetivo de compreender a cultura daquele grupo (WIELEWICKI, 2011). O método etnográfico não se reduz a uma técnica:

(...) ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento. (MAGNANI, 2002, p. 17)

Envolve um método intuitivo de compreender a realidade do outro, buscando apreender como o mesmo se comporta, vive, qual sua relação e uso do espaço e afins. A compreensão de sua cultura dá-se num sentido de buscar entender os diferentes modos de ser, fazer, pensar, existir e afins, através de uma imersão no ambiente e em suas dinâmicas: “(...) a pesquisa etnográfica não reivindica somente a coleta de informações, mas principalmente de poder proporcionar ao pesquisador uma experiência pessoal e intrínseca com a realidade pesquisada.” (MACHADO, 2018, p. 306).

Em síntese, é possível defini-la da seguinte maneira:

(...) a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para captar e descrever a lógica de suas representações e

visão de mundo, mas para, numa relação de troca, comparar suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2009, p. 85)

Magnani (2002), ao tecer relações entre a etnografia e o estudo do meio urbano, relembra a questão de grande parte dos diagnósticos sobre a cidade trazem um enfoque sobre as influências nas condições de vida população, ordenações e modelações do meio urbano sofridas pelos interesses das grandes corporações transnacionais e das elites locais. Diante disso, questiona: isso é tudo? E propõe que seja exercitado um olhar de perto e de dentro, onde valorize-se uma observação sobre o micro ao invés do macro, de modo que seja possível perceber questões ocultas, de que forma a cidade é vivenciada por seus atores sociais, como comportam-se os grupos e as práticas estudadas, tendo “...a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise.” (MAGNANI, 2002, p. 18):

(...) contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. (MAGNANI, 2002, p. 18)

Para a realização do trabalho de campo, a “Horta Modelo” localizada na zona norte do município foi selecionada sob dois critérios: 1) proximidade à minha residência, o que possibilitaria evitar a utilização de transporte público, buscando evitar a permanência num local fechado, considerando a pandemia; 2) disponibilidade dos agricultores para a realização do trabalho de campo.

Um dos recursos etnográficos é a realização de um diário de campo relatando as experiências vividas, que foi redigido sempre ao final das visitas na horta. Tais registros envolvem uma descrição densa dos eventos presenciados em momentos anteriores. Essa descrição é feita com base nas anotações de campo ou apenas na memória do pesquisador, e disso surge a necessidade de ser feita logo em que se deixa o local, que é quando os eventos e as impressões ainda estão claras e recentes. Além de registrar esse processo de observação, o diário de campo ajuda o pesquisador a:

(...) arranjar o encadeamento de suas ações futuras em campo, desde uma avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no seu dia de trabalho de campo, dúvidas conceituais e de procedimento ético. Um espaço para o(a) etnógrafo(a) avaliar sua própria conduta em campo, seus deslizes e acertos junto às pessoas e/ou grupos pesquisados, numa constante vigilância epistemológica. (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 15)

Finalmente, ocorre a elaboração de um texto final que aborda as informações obtidas em campo e realiza as articulações necessárias. Sua produção demanda um distanciamento, visto que trata-se de um momento de análises e reflexões sobre as experiências vividas e observadas. Sua proposta é a de reunir, num mesmo texto, literatura e argumento científico, com espaço para acentuar elementos humanos e criar uma narrativa, ou seja, de fato contar uma história, onde:

(...) o pesquisador passa a se fazer presente nos escritos juntamente com o pesquisado, e isso assegura que o texto final está sendo devidamente assinado, ou seja, que o texto etnográfico apresenta seu autor dentro de sua própria estrutura narrativa. (MACHADO, 2018, p. 304).

3.2 Resultados de campo

Como resultados de campo tem-se dois dos três elementos descritos anteriormente: diário de campo e texto etnográfico. Considerando que a duração do trabalho de campo não foi longa, as anotações de campo não foram realizadas.

O texto etnográfico possui três enfoques em sua narrativa. O primeiro visa analisar o papel da AU dentro da questão de renda e trabalho; o segundo, a relação com questões ambientais; o terceiro, a relação com o ponto de vista alimentar. Esta parte conta com registros fotográficos, que ilustram o texto.

O diário de campo foi adicionado no final do trabalho (Apêndice - A) e apresenta um detalhamento maior das atividades, visto que é um documento realizado para fins de registro e de base do texto etnográfico, então ele não necessariamente traz análises ou argumentações.

3.2.1 Texto Etnográfico - AU em Osasco: Renda e trabalho, meio ambiente e alimentação.

Para além dos significados simbólicos que a agricultura urbana carrega, ela possui um sentido prático muito importante que é o de geração de renda e trabalho voltado para os produtores.

Primeiros Contatos

O nome do bairro IAPI, onde encontra-se a horta que serviu de local para a realização do trabalho de campo, surge da sigla I.A.P.I., que significa Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. Criado em dezembro de 1936, anos mais tarde passou a financiar projetos de habitação popular nas grandes cidades. Neste bairro as crianças brincam na sombra das árvores, os moradores fazem corrida e caminhada, algumas pessoas aprendem a

dirigir, e semanalmente passei a andar de bicicleta, pois era um dos poucos exercícios físicos seguros em época de pandemia. Nos passeios de pedal, sempre senti curiosidade quando passava em frente às duas hortas presentes no bairro. Sabia da existência de ambas pelas placas nas entradas mas nunca via movimento, então não sabia como funcionavam.

Mais tarde, pela internet, conheci a Ecoz, um coletivo de moradores de Osasco que nasceu no começo da pandemia, com a intenção de levar alimentos sem veneno de produtores locais e familiares para a mesa de pessoas em vulnerabilidade, com foco em famílias de mães solo. Para sustentar as doações, são feitas vendas de cestas de alimentos.

Se bem me lembro, foi a partir desse coletivo que selecionei a agricultura urbana como tema da pesquisa do TGI. Com o tema definido, as reuniões de orientação realizadas e as etapas definidas, faltava selecionar uma das várias hortas presentes em Osasco para realizar o trabalho de campo, previsto para setembro.

Em Junho, foi exibido via Youtube o documentário “Plantar, Regar, Colher e Ecoar”, resultado de uma parceria do Sesc Osasco com o coletivo Ecoz. Nele, dentre os vários participantes, o documentário contava com Lourdes e Ítalo, que coincidentemente trabalhavam numa das hortas do bairro IAPI. Com narrativas interessantes e considerando a proximidade entre minha casa e a horta, realizei o primeiro contato com ambos.

No dia 05 de outubro, procurando-os na horta em questão, conheci Pedro, irmão de Lourdes, que me informou que os dois estavam num terreno há alguns metros da horta quando perguntei sobre. Ao encontrá-los, expliquei brevemente o tema do TGI e perguntei sobre a possibilidade de acompanhá-los por alguns dias. Disseram que era possível e que poderíamos combinar. Trocamos contato.

Renda e Trabalho

No dia 13, quarta-feira, foi o primeiro dia de campo. Quem me recepcionou foi Ítalo. A entrada da horta tem um espaço coberto, e em sua lateral esquerda, tem-se a horta. É mais comprida do que parece, quando vista do lado de fora.

Figura 1 - Horta Modelo - lado direito



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Figura 2 - Horta Modelo - lado esquerdo



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Ítalo me falou que estavam recebendo visita do SEBRAE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos, que visa capacitar, promover o desenvolvimento e apoiar empreendimentos de micro e pequeno porte. É possível considerar a horta como um empreendimento pois a mesma, quando implantada em 2007, representou a materialização do segmento econômico Agricultura Urbana, criado numa parceria entre a SDTI⁷ e a SEMA⁸. Desde então, trata-se de um dos vários projetos do Departamento de Economia Solidária, que promove a incubação de empreendimentos populares e solidários. Pensando no âmbito teórico, segundo Singer (2008) a economia solidária pode ser definida como

(...) um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles-essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. (SINGER, 2008, p. 289)

No local em questão, além de Ítalo e Lourdes que dividem parte da horta, tem também Abdias, Bete e Severino, que pude conhecer. No caso, existem alimentos em comum cultivados nas 3 porções de terra, e segundo Ítalo, o ideal seria que ocorresse uma diversificação desses alimentos e vendas conjuntas, com repartição da renda total ao final das vendas. No entanto, não há consenso quanto à essa questão entre os produtores. A dedicação em tempo integral sobre a horta é realizada apenas por Ítalo e Lourdes. Para os outros produtores, as vendas da horta representam uma renda secundária, complementar. “A renda pode ser entendida na forma de salário, lucro, juro, aluguel, arrendamento ou remuneração por serviços prestados.” (MENDES, 2017, p. 43)

A agricultura urbana comporta-se como uma das soluções para a crise urbana ao estimular, dentre outros elementos, a geração de trabalho e renda (FAO, 2012). Freddi (2015) argumenta: Os efeitos de caráter econômico podem ser observados tanto pelo aumento da renda familiar com a comercialização dos excedentes da horta (renda direta), como também pela economia com a produção para o autoconsumo (renda indireta). (FREDDI, 2015, p. 135). Além disso, a AU possui também a capacidade de estimular o desenvolvimento socioeconômico, como pontua Santolin (2010), considerando a alternativa que a AU pode

⁷ Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. Atualmente, trata-se da Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda.

⁸ Secretaria do Meio Ambiente. Atualmente, corresponde à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

representar em relação ao mercado formal, da qual diversas pessoas não conseguem adentrar, pelos mais diversos motivos. É interessante citar que a criação do coletivo Ecoz também representa um ponto importante na questão de renda visto que, com sua criação, o escoamento de produtos da horta tornou-se regular, visto que, antes do projeto, diversos alimentos não eram vendidos.

Para além desse âmbito individual citado, tem-se também a possibilidade de fortalecimento da economia local. Considerando que os custos da cadeia produtiva da AU são menores que os do sistema produtivo industrial, a venda de alimentos aos consumidores pode ser realizada a preços mais baixos, o que, além de tudo, promoveria um alívio da dependência das redes convencionais de supermercados (OLIVEIRA, 2017).

Depois de conhecer a horta, sua estrutura e alguns dos alimentos que são plantados, fomos até outra horta nas proximidades, que fica a cerca de 200m de distância. Fomos caminhando. O bairro é um dos mais arborizados de Osasco e o clima desse trajeto é fresco. Nessa outra horta, que leva o nome CEASO - Centro de Ação Socioambiental (ou apenas Horta CAPs), conheci Maristela, que estava mexendo na terra. Além dela, algumas pessoas estavam trabalhando e explicaram que a horta possui uma proposta socioambiental e recebe pessoas com pendências na justiça que podem prestar serviço à sociedade neste local. Além disso, a horta também possui projetos de inclusão, educação ambiental e reintegração social.

Figura 3 - Horta CAPs



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Figura 4 - Horta CAPs (fundos)



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Não é incomum que a reintegração social faça parte dos objetivos das hortas urbanas. Em São Paulo, por exemplo, tem-se o projeto Horta Social Urbana⁹, onde ocorre a transformação de espaços ociosos da cidade em hortas orgânicas, onde pessoas acolhidas de ruas e favelas são capacitadas para reingressarem no mercado de trabalho ou posteriormente exercerem trabalho remunerado através do cultivo e venda de alimentos. No caso de Osasco, esse ponto faz parte da essência do projeto de AU, visto que a capacitação de cidadãos em situação de vulnerabilidade social é um dos principais objetivos.

Meio ambiente

Quanto à infraestrutura e recursos, o sistema hídrico da horta conta com a captação de água da chuva, que não é o suficiente para o consumo que as atividades demandam, e o uso de água convencional da SABESP¹⁰.

⁹ <https://www.hortasocialurbana.org/>

¹⁰ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Figura 5 - Captação de água da chuva



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Através de parcerias passadas com o SESC¹¹ de Osasco, houve a contribuição com algumas partes da infraestrutura da horta, como um muro de bioconstrução que separa a entrada da parte com vegetação, e algumas telhas, também da entrada, que oferecem uma cobertura. O espaço também conta com uma estufa com diversas mudas, mas Ítalo me falou que ela ainda precisa de mais proteção pois entra muito calor. Parte delas são vendidas para pessoas. Próximo à entrada, também existem mudas que são destinadas só para doação. Não são utilizados insumos químicos como pesticidas, agrotóxicos e afins, e a adubagem é orgânica.

São cultivadas diversas espécies vegetais amplamente conhecidas, como alface, couve, brócolis e afins, e também PANCs, que são Plantas Alimentícias Não Convencionais, como peixinho, capuchinha, azedinha, entre outras. A seguir, tem-se o registro fotográfico de algumas das várias espécies vegetais cultivadas.

¹¹ Serviço Social do Comércio.

Figura 6 - Tomates



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Figura 7 - Hortelã



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Figura 8 - Couve



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Figura 9 - Manjeriço



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Figura 10 - Alface



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Questões relacionadas ao plantio de vegetação nativa não são uma pauta e nem um requisito para a escolha do que será cultivado.

A proposta base da horta é a de agroecologia, que se difere de uma proposta apenas orgânica, como Ítalo me explicou. O cultivo orgânico não necessariamente preza pela biodiversidade, como é o caso das práticas pensadas a partir da agroecologia. Nesse sentido, são cultivadas diversas espécies vegetais. Ao longo dos dias de campo pude provar algumas, como morango, tomate, couve manteiga, azedinha, acerola, entre outras.

A agroecologia vem da necessidade de contrapor a insustentabilidade da agricultura moderna que, em sua essência e prática, exclui a dimensão ecológica da agricultura, visto que

o setor agrícola orientado para a exportação e constituído principalmente pela monocultura carece de debates sociais e ambientais e tem trazido diversos danos.

Logo, quando se pensa em agroecologia, tem-se a imagem de uma agricultura socioeconomicamente inclusiva, que produz alimentos livres de insumos químicos, com práticas ecologicamente corretas em todas as cadeias produtivas, entre outras características. De certo modo, tais elementos fazem parte da agroecologia, mas não necessariamente a definem, visto que a mesma trata-se de um conjunto de conhecimentos, e não de um modelo de agricultura. Na verdade, a agroecologia enquanto ciência comporta-se como um meio multidisciplinar que reúne princípios, conceitos, metodologias e afins que objetivam o equilíbrio dos agroecossistemas como um todo, levando em consideração aspectos ecológicos, agronômicos, sociológicos, antropológicos, econômicos, entre outros, na busca pela sustentabilidade (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Eu suma, a agroecologia trata-se do

(...) campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável. (...) Portanto, não se pode confundir Agroecologia com "agricultura sem veneno" ou "agricultura orgânica", por exemplo, até porque estas nem sempre tratam de enfrentar-se em relação aos problemas presentes em todas as dimensões da sustentabilidade. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 14)

Porém, mesmo sem a incorporação da agroecologia, a agricultura urbana possui diversos elementos benéficos no sentido ambiental. Sabe-se que as áreas urbanas lidam com os mais diversos problemas, como poluição do ar que, mais tarde, provocam doenças respiratórias, poluição da água e do solo, aumento da temperatura, erosão do solo, redução da biodiversidade, maior vulnerabilidade a desastres como inundações, entre outras problemáticas, que podem ter seus impactos reduzidos pela agricultura urbana (SMIT, NARS E RATTA, 2001). É possível citar, enquanto benefícios diretos da AU, os seguintes elementos:

(...) biodiversidade enriquecida, habitat para vida selvagem, modificação do microclima, temperaturas reduzidas, aumento da umidade, melhoria da qualidade do ar, redução da vulnerabilidade a desastres, melhoria da paisagem, sensação de bem-estar, local para exercícios físicos, sombra e abrigo do sol e da chuva e redução de ruído. (SMIT, NARS e RATTA, 2001, p. 23)

No caso de Osasco, em específico, no documento/ projeto “Ampliação do Programa Agricultura Urbana” (PMO, 2017), é afirmado que o programa de AU do município envolverá as seguintes dimensões socioambientais:

(...) a apropriação dos conhecimentos agroecológicos, a produtividade e diversificação de cultivo, sistemas de compostagem, fertilidade do solo,

desenvolvimento das culturas anuais e dos sistemas agroflorestais, captação de água da chuva; multiplicação das técnicas agroecológicas e expansão dos sistemas produtivos nas comunidades pelos próprios participantes do projeto; resgate da cultura e da história dos participantes; melhoria no aspecto visual do sistema produtivo; utilização dos espaços reservados à agricultura urbana para o combate às áreas de riscos, proteção às áreas de mananciais, ampliação de áreas verdes e da biodiversidade, aumento da infiltração de águas pluviais no solo, requalificação de áreas degradadas, requalificação da paisagem da cidade, reutilização de resíduos sólidos para estruturas de agricultura urbana, aproveitamento de resíduos orgânicos para produção de adubo orgânico (húmus de minhoca, fertilizantes naturais, composto entre outros); participação da gestão urbana, social e ambiental do município. (PMO, 2017, p. 14)

O modelo orgânico e sustentável da AU oferece uma diversidade de cultivos que contribuem diretamente com a saúde do solo, o que também sustenta a presença de insetos, pássaros e até outros animais. O solo aberto e descompactado promove o crescimento de plantas que purificam o ar, além de permitir a circulação de oxigênio que permite a vida de organismos e estimula a biodiversidade (SMIT, NARS e RATTA, 2001).

No 3º dia de campo, 15/10, na parte da tarde, Ítalo colheu diversas escarolas para levar para a Ecoz no dia seguinte. Elas fariam parte das cestas de alimentos. O processo é basicamente o de cortá-las pelo que parece ser sua raiz e retirar as folhas de fora que estão com as bordas ressecadas. Ítalo falou para eu ver a terra de perto, de onde elas estavam sendo retiradas, e chamou atenção para os insetos de diferentes espécies que muito provavelmente numa monocultura não sobreviveriam. É interessante pensar a relação entre plantas e insetos, visto que quando encontramos algo do tipo em nossas verduras e legumes temos uma reação negativa. Entretanto, essa presença nada mais é que um indicativo de uma possível biodiversidade e a existência mútua de diferentes formas de vida.

Além dos benefícios citados, Deelstra e Girardet (2000) abordam a questão da reciclagem e da redução de desperdícios, e descrevem o metabolismo das cidades modernas como um sistema linear, em que os recursos chegam às cidades sem que as pessoas conheçam sua origem e também não tomem ciência sobre sua destinação ou descarte, o que favorece o desperdício. A partir disso, as autoras propõem que a AU seja integrada aos sistemas de compostagem e reciclagem das cidades, considerando a possibilidade de dejetos urbanos serem utilizados como matéria-prima orgânica. No 4º dia de campo, 16/10, o bairro IAPI havia recebido a feira semanal de sábado e as ruas estavam cheias de restos de alimentos. Uma das atividades rotineiras na horta é a coleta de tais sobras para a posterior produção de adubo. Desse modo, acompanhei Ítalo e Pedro em três pontos enquanto colocavam as sobras num carrinho para transportá-las, mais tarde, para a horta. Além disso, foi possível observar que algumas barracas também descartam alimentos até mesmo embalados que no caso não

foram vendidos. Um dos funcionários da prefeitura que aguardavam o recolhimento dos alimentos para depois fazer a limpeza comentou que no bairro Helena Maria essa questão de descarte de alimentos é ainda pior. Ao final dessa atividade, as sobras foram deixadas na horta.

É interessante pontuar que o campo foi realizado em época de pandemia, num contexto de crescimento da fome e de insegurança alimentar, então essa breve atividade de coleta de sobras orgânicas e a constatação do descarte de alimentos embalados, prontos para consumo, ganha um peso maior do que em tempos “normais”. Isso nos convida a refletir sobre a falsa justificativa da fome devido à falta de alimentos, como explora Carvalho de Miranda *et al* (2007):

(...) apesar da atual capacidade produtiva do setor agrícola brasileiro, importantes segmentos da população apresentam dificuldades de acesso seguro e regular aos alimentos que necessita. Essa contradição mostra que, no caso brasileiro, a questão do acesso aos alimentos não é mais uma questão de oferta e sim essencialmente de demanda, ou seja, de distribuição de renda, de forma a permitir o acesso de todos ao consumo dos alimentos essenciais. (CARVALHO DE MIRANDA *et al*, 2007 p. 10)

Apesar da situação descrita ocorrer num contexto específico, sabe-se que o descarte de alimentos em detrimento da falta de venda ocorre largamente, apesar dos números alarmantes de indivíduos em situação de extrema pobreza, sem condições financeiras para alimentar-se.

Alimentação

No primeiro dia de campo, antes de eu ir embora, Ítalo colheu alguns alimentos para que eu conhecesse e levasse pra casa. Couve, almeirão, manjericão roxo, peixinho, capuchinha e outra planta que não me recordo o nome. Os vegetais podem ser conferidos na imagem a seguir.

Figura 11 - Vegetais



Fonte: Roberta Kimura (2021).

Ele comentou que a experiência de colher o alimento é interessante, então sugeriu que eu pegasse algumas folhas de couve. A não ser em casa, colhendo alguns temperos, amoras do antigo pé e o romã da árvore que ainda está viva, nunca vi de fato de onde o que eu comi tinha vindo. Pegar uma folha de couve que eu e minha família iríamos comer mais tarde é uma prática tão simples mas ao mesmo tempo muito simbólica no contexto urbano, visto que há um distanciamento muito grande das cadeias de produção dos alimentos que consumimos, da qual raramente temos informações exatas sobre sua procedência e qualidade.

A alimentação é objeto de estudo de diversas áreas e ciências, visto que é uma atividade indispensável na vida dos seres vivos. Seu enfoque pode ser dado de inúmeras maneiras, mas no caso interessa-nos refletir sobre as contribuições que a AU pode trazer na reaproximação entre os moradores urbanos e os alimentos consumidos.

Antes, é interessante pontuar que a alimentação não pode ser reduzida à mera necessidade biológica, visto que possui diversas nuances e também trata-se de uma necessidade social, onde o modo de satisfazer tal necessidade varia de acordo com diversos

fatores. Ribeiro Júnior (2015) sintetiza essa questão da seguinte maneira: “(...) a alimentação não é apenas necessidade elementar, mas uma das maneiras pelas quais podemos nos realizar como seres humanos (ser genérico) que historicamente criaram novas necessidades, assim como novas formas de satisfazê-las.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 74). Historicamente, a divisão do trabalho entre campo e cidade delegou a produção dos alimentos ao campo. Com o acentuado crescimento da industrialização, a desestruturação de sistemas tradicionais de produção agrícola, e o consequente êxodo rural devido à expropriação dos meios de produção e subsistência, observa-se o aumento da concentração de pessoas nas cidades (SANTOS, 1993). Assim, nota-se que “Neste processo a produção de valores de uso pelos trabalhadores torna-se cada vez mais residual e estes passam a depender cada vez mais do mercado para satisfazer suas necessidades.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 123). Essa dependência sobre o mercado possui relação direta com o papel da alimentação dentro da lógica capitalista, na qual é “...possível afirmar que, do ponto de vista do capital, a alimentação é uma das necessidades que o trabalhador deve satisfazer por meio de seu consumo individual para que a reprodução da força de trabalho ocorra sem contratempos.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 64). Isto é, mais do que uma necessidade por si só, trata-se de uns pilares que garantem a continuidade da geração de capital. Nesse sentido, as práticas alimentares,

(...) assim como as outras práticas cotidianas, devem servir primeiramente para atender as necessidades do capital. Do ponto de vista da Economia Política, a alimentação é concebida como necessidade a ser satisfeita para a reprodução da força de trabalho e como demanda que deve ser satisfeita através do mercado. (RIBEIRO, 2012, p. 113).

Com a alimentação inserida nessa lógica, podemos observar os seguintes resultados:

Valorizar o alimento mais como mercadoria e fonte de lucro do que como elemento essencial à vida provoca impactos negativos sobre os modos de vida, a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais, e coloca em risco a biodiversidade e o patrimônio cultural alimentar. Esse modelo de produção e distribuição orienta-se pelo interesse comercial de aumentar o tempo de conservação do alimento durante o transporte e a exposição na prateleira, portanto, sem ter necessariamente como objetivo a qualidade alimentar e nutricional. Além disso, restringe, de diferentes formas, os direitos territoriais das comunidades, provocando a erosão de conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo da agrobiodiversidade à alimentação e nutrição, bem como promove a privatização dos recursos genéticos e da água”. (III Conferência de SAN, 2007, p. 18).

Essa transformação que o alimento sofre, onde passa de elemento essencial à vida para mera mercadoria homogênea e padronizada demanda uma produção em larga escala onde o consumidor encontra-se afastado de todas as cadeias produtivas do alimento que, mais tarde, irá ingerir. A alienação das práticas alimentares ocorre tão profundamente que, em alguns casos, não consegue-se nem sequer identificar o estágio natural daquilo que é consumido

(RIBEIRO, 2012, p. 131), em razão de questões diversas como o “(...) crescente distanciamento físico e de conteúdo entre os produtos oferecidos para consumo e os bens agrícolas ou extrativistas que estão na sua origem ou entram em sua composição.” (MALUF, 2011, p. 47).

Desse modo, ao mesmo tempo em que tem-se essa problemática do distanciamento dos processos produtivos dos alimentos e consequentemente de sua procedência e qualidade nutricional, tem-se também um esvaziamento do significado da alimentação, visto que:

Uma alimentação é adequada quando, para além de uma “ração nutricionalmente balanceada”, colabora para a construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres e de sua responsabilidade para com o meio ambiente e com a qualidade de vida de seus descendentes (VALENTE, 2002). (MALUF, 2011, p. 20)

Entretanto, nem tudo caminha nesse sentido. “O constrangimento do mercado sobre os indivíduos, induzindo-os a uma práxis alienante, não é, todavia, irreversível.” (SANTOS, 2011, p. 132). Uma das práticas que contrapõem a homogeneização e padronização de formas de cultivo e de hábitos alimentares e caminha para a promoção da segurança alimentar e nutricional é justamente a da agricultura urbana. A segurança alimentar pode ser compreendida da seguinte maneira:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Enquanto as contribuições da AU para a segurança alimentar e nacional (SAN) consistem em contribuições para

(...) a saúde e o bem-estar de uma comunidade reduzindo a fome, fortalecendo o acesso aos alimentos, melhorando a nutrição e melhorando as condições ambientais que afetam a saúde. Os benefícios oferecidos pela agricultura urbana são, portanto, quantitativos e qualitativos - aumentar as quantidades de alimentos reduz a fome, enquanto a melhoria da qualidade dos alimentos promove melhor saúde e nutrição. (SMIT, NARS E RATTÀ, 2001, p. 1, tradução nossa).

A segurança alimentar e nutricional demanda “...o exercício soberano de políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita – isto é, à regulação privada – e incorporem a perspectiva do direito humano à alimentação.” (MALUF, 2011, p. 22). É possível afirmar que a AU incorpora este princípio observando seus benefícios citados por Smit, Nars e Ratta (2001): a produção para o autoconsumo possibilita a obtenção de alimentos sem que haja uma dependência sobre a renda familiar ou sobre as oscilações econômicas do mercado, oferecendo controle sobre o equilíbrio nutricional da dieta; maior acesso a alimentos frescos com menor perda de valor nutricional, visto que não

passam por processos de longo transporte e armazenamento, o que também pode gerar uma possível redução dos preços dos alimentos, visto que não há gastos com essas etapas; com a diminuição de gastos familiares com alimentação, a renda pode ser redirecionada para setores como educação e saúde; e por fim, em muitos países a maior parte dos agricultores urbanos são mulheres, o que consequentemente ajuda a aumentar o acesso de crianças à alimentação, além da equidade de gênero (SMIT, NARS e RATTA, 2001). A retomada do direito humano à alimentação sob os moldes da agricultura urbana e seus significados subjetivos rompe com a lógica que determina o processo alimentar como algo puramente mercadológico e abre possibilidades de novos olhares sobre o alimento, sobre a produção coletiva e sobre a relação do ser humano com o espaço que lhe oferece a possibilidade de cultivo.

A alienação, como fábrica de enganos, se robustece e se alastra, num mundo em que os homens pouco se comunicam pela emotividade e se deixam mover como instrumentos. Mas esse movimento dramático de desumanização não atinge a todos igualmente. Por isso, a convivialidade possível comove os sobreviventes do naufrágio, recupera a verdade da vida e reinicia um movimento de redenção. (SANTOS, 2011, p. 129)

4. A CIDADE E O URBANO

Os conceitos de “urbano”, “cidade” e correlatos não possuem uma definição padrão. Além disso, envolvem fatores complexos e manifestam determinadas divergências entre os autores que propõem-se a defini-los, assim como variações, dependendo da área ou da ciência utilizada como referência no momento de análise.

A palavra “cidade” é amiúde empregada para significar realidades assaz diferentes; mesmo os qualificativos mais ou menos abandonados que acompanham essa expressão são também excessivamente numerosos para que possamos reconhecer sob um mesmo vocábulo as mesmas realidades. (SANTOS, 1986, p. 67)

Desse modo, abordar como a AU relaciona-se com tais elementos - tendo como referência o território brasileiro - demanda uma breve exploração sobre as ideias por trás dos mesmos. Lencioni (2008) destaca o fato de que a ideia de “cidade”, diferentemente de “urbano”, é clara para todos, mas na verdade trata-se de algo igualmente complexo. A autora entende a cidade como um conceito, logo, um reflexo do objeto, porém tal objeto encontra-se em constante mudança, e prova disso seria, por exemplo, o fato de diversos adjetivos serem acrescentados à palavra “cidade”, como no caso de “cidade-satélite”, “cidade-horizontal”, “cidade-mundial”, “cidade-interiorana”, entre outras. Justamente nesse sentido, em dado momento Lefebvre (2002) refere-se à cidade preferivelmente como “fenômeno urbano” ou “o urbano”, numa tentativa de desassociar “cidade” de um objeto definido e definitivo, e manifesta sua compreensão sobre o “urbano” em si enquanto uma realidade possível e

inacabada, como uma “virtualidade iluminadora”, capaz de englobar e transcender a cidade (CARLOS, 2019).

Lencioni (2008), ao explorar a conceituação da cidade, indica que as ideias de aglomeração, sedentarismo, mercado e administração pública são os principais elementos que a constituem. “Ao falarmos em cidade no Brasil estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública” (LENCIONI, 2008, p. 117). Rolnik (1988) também considera e desenvolve alguns desses elementos em sua compreensão sobre a cidade. Afirma que trata-se de uma maneira de organizar o território e de uma relação política: ela nasce enquanto obra coletiva que se estabelece a partir do processo de sedentarização do ser humano, que demanda o domínio permanente de um território que, com o desenvolvimento da vida social, automaticamente demanda também a gestão da vida coletiva, do trabalho organizado e do espaço público através de uma autoridade político-administrativa. Carlos (1992) compartilha desse viés da cidade como obra coletiva, visto que a enxerga enquanto resultado do trabalho e do social:

“A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão so-cial. Materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 1992, p. 26)

Analisando a cidade contemporânea, Rolnik (1988) afirma que a mesma caracteriza-se pela velocidade de circulação de fluxos de mercadorias, pessoas e capital que, cada vez mais acelerados, rompem barreiras e subjagam territórios.

O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo. (ROLNIK, 1988, p. 12)

A autora compreende que as cidades comportam-se como ímãs que atraem, reúnem e concentram seres humanos, potencializando sua capacidade produtiva. Essa concentração de seres humanos e consequentemente recursos cria o mercado da economia urbana através da divisão do trabalho que, “(...) além de implicar uma divisão da sociedade em classes, vai determinar uma separação espacial entre as atividades dos homens, logo entre cidade e campo.” (CARLOS, 1992, p. 59). Desse modo fica evidente que, como afirma Maricato (2015), a cidade passa a comportar-se como lugar de reprodução da força de trabalho. A condição para a realização de tais atividades é uma integração interurbana política

centralizadora (SINGER, 1998). Na cidade contemporânea, ela manifesta-se através de uma estrutura de poder fortemente hierarquizada que ultrapassa os limites e distâncias espaciais. O Estado desempenha papel fundamental na produção do espaço urbano. Controlando o fundo público para investimentos, regulamentando o controle sobre o uso e ocupação do solo e comportando-se como principal intermediador das questões financeiras que atravessam a cidade (MARICATO, 2015).

(...) o poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas contradições e conflitos da cidade. (ROLNIK, 1988, p. 70)

O resultado desses processos é a consolidação da cidade enquanto espaço de reprodução do capital: um centro de produção e consumo onde “(...) não há praticamente um espaço que não seja investido pelo mercado (ou pela produção para o mercado).” (ROLNIK, 1988, p. 28). Nesse processo, destaca-se a participação dos seguintes capitais:

(...) 1) incorporação imobiliária (um tipo de capital comercial inicialmente estudado por Christian Topalov em 1974); 2) capital de construção de edificações; 3) capital de construção pesada ou de infraestrutura; e 4) capital financeiro imobiliário. (...) A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central. (MARICATO, 2015, p. 22).

A ação de tais agentes reforça a mercantilização do espaço urbano organizado que segue a lógica da divisão de classes sociais, produzindo a segregação socioespacial sob auxílio da intervenção reguladora do Estado que, mais tarde, terá como resposta a luta pelo espaço urbano. Segundo Carlos (1992), os movimentos sociais urbanos surgem a partir de um dos elementos que mais destaca-se na cidade: a heterogeneidade. Esse meio abriga uma série de modos de vida, modos de morar, entre outros, ou seja, formas distintas de se apropriar e utilizar a cidade. Essas variações expressam, na verdade, a lógica hierarquizada da sociedade, visto que essa apropriação ocorre de modo desigual e contraditório.

Essas contradições são produzidas a partir do desenvolvimento desigual de relações sociais (de dominação-subordinação) que criam conflitos inevitáveis. Esses conflitos tendem a questionar o entendimento da cidade enquanto valor de troca e, consequentemente, as formas de parcelamento e mercantilização do solo urbano. Com isso, questiona-se o exercício da cidadania e o direito à cidade. (CARLOS, 1992, p. 71)

Ao mesmo tempo, para além de sua função produtiva, a cidade também representaria uma expressão materializada da história e suas transformações atuais através de sua estrutura física, como sua arquitetura, disposição das ruas, localização de casas, estabelecimentos e afins. Tais elementos seriam um dos responsáveis pelo acúmulo de riquezas e conhecimentos.

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases. (ROLNIK, 1988, p. 18)

Já no caso de “urbano”, trata-se de um conceito normalmente utilizado no momento de se qualificar algo, como por exemplo sociedades, espaços, cidades, práticas e afins. A palavra tem origem no latim “*urbanus*”, que significa “pertencente à cidade”. No processo de qualificação do espaço, nota-se que ele é frequentemente classificado como urbano ou rural por meio de delimitações realizadas pelo Estado: “No Brasil, o Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938 associa a delimitação de zonas rurais e urbanas aos municípios.” (IBGE, 2017, p. 11). Dessa forma, os limites oficiais são traçados considerando-se principalmente fins administrativos. O IBGE (2017) propõe como metodologia a classificação dos espaços enquanto urbanos ou rurais a partir da densidade demográfica, análise das concentrações urbanas, do acesso dos municípios a bens e serviços mais complexos, entre outros critérios.

Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano pode referir-se à um conjunto de elementos, à um reflexo da sociedade, um conjunto de símbolos e campo de lutas, como descreve:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORRÊA, 1989, p. 7)

Enquanto a cidade trata-se de algo material, concreto e afins, o urbano carrega um significado subjetivo onde representa “(...) frequentemente o abstrato, o geral, o externo.” (SANTOS, 1994, p. 34). Esse abstrato se manifesta através de modos de consumir, pensar, sentir e viver (CARLOS, 1992).

A idéia de urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*; ele é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social. (CARLOS, 1992, p. 26)

Monte-Mór (2006) compreende a passagem da cidade para o urbano a partir do encontro entre a cidade e a indústria que, segundo o autor, a subordina e em seguida difunde sua lógica pelo espaço social contemporâneo. A produção industrial exerce influência decisiva nas dinâmicas da cidade capitalista. Diversos aspectos da vida urbana estão direta ou

indiretamente ligados às produções industriais: seja pelos objetos que consumimos ou interagimos, com o modo de vida baseado no tempo industrial e sua noção de tempo útil e produtivo, pela homogeneização do consumo e pela influência até mesmo sobre nossas subjetividades (ROLNIK, 1988). Para Lefebvre (2002), que defende a hipótese de uma urbanização completa da sociedade, é a industrialização que permite a formação da sociedade urbana através da absorção da produção agrícola que perde sua autonomia e características distintivas da produção industrial. Essa generalização da realidade urbana ocorre através do tecido urbano, que insere-se no campo levando referenciais da vida urbana.

Segundo Lencioni (2008), analisando autores como Tavares (1972) e Melo (1984), embora a atividade industrial já existisse no Brasil, é apenas por volta de 1930 que a sociedade capitalista industrial emerge, visto que é o “(...) momento em que a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial.” (LENCIONI, 2008, p. 118).

No Brasil, o urbano teve sua origem na política ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares que deram sequência à centralização e expansionismo Vargasista e interiorização desenvolvimentista Juscelinista. Hoje, o urbano-industrial se impõe virtualmente a todo o espaço social, na urbanização extensiva dos nossos dias. (MONTE-MÓR, 2006, p. 5)

Dentre as influências que a industrialização exerce sobre a cidade, existe um destaque para o papel desempenhado no estímulo à urbanização em alta escala. Lefebvre (2001) afirma que é essencial “(...) perceber na urbanização o sentido, o objetivo, a finalidade da industrialização.” (LEFEBVRE, 2001, p. 124).

Com o acentuado crescimento da industrialização em todo o mundo, fato que mudou a visão sobre os processos produtivos e impulsionou a desestruturação de sistemas tradicionais de produção agrícola, ocorre o êxodo rural e o aumento da concentração de pessoas nas cidades (SANTOS, 1993, p.9).

Além da industrialização como fator fundamental de incentivo à urbanização, é interessante citar brevemente a questão da modernização da agricultura, visto que ambos exerceram forte influência sobre as dinâmicas urbanas. Soto (2002) resume a questão da seguinte forma:

O processo de modernização da agricultura mudou completamente a estrutura da população brasileira. Em 1940, 70% da população era rural e apenas 30% era urbana. Em 1980, esta estrutura populacional inverteu-se devido ao forte fluxo migratório, apenas 32,4% da população era rural (MARTINE, 1987: 66). Em 1991 apenas 24% da população total era rural. A incapacidade da indústria absorver este excedente populacional agravou as condições sociais de miséria. (SOTO, 2002, p. 80)

Segundo Carlos (1992), refletir sobre a cidade brasileira significa encarar a materialização da “industrialização dependente”, visto que “A universalização das trocas aproxima países e aprofunda a divisão espacial e internacional do trabalho, dentro de uma relação de dependência entre territórios nacionais dentro da formação econômica e social capitalista”. (CARLOS, 1992, p. 27) A indústria exige um grande número de trabalhadores, visto que “(...) a indústria é voraz em sua fome de força de trabalho a baixo custo e a cidade grande é um enorme mercado de mão-de-obra para ela.” (ROLNIK, 1988, p. 81). Nesta nova cidade industrial, surge também a forte presença da violência principalmente através da espoliação urbana, além da criminalidade, destruição da natureza, entre outros problemas.

Com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo. Ao mesmo tempo é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que aflora mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. Essa contradição se manifesta pelo contraste entre a riqueza e a pobreza. É no urbano que se manifestam mais claramente as relações de produção capitalistas e onde a violência se faz maior. (...) O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos, pois o processo de representação espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para indivíduos privados. Desse modo, a cidade enquanto trabalho materializado social é apropriada de forma diferenciada pelo cidadão. (CARLOS, 1992, p. 80)

Dessa heterogeneidade de agentes sociais produtores do espaço urbano e presentes no mesmo, surgem embates entre proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989). Tendo essas disputas como ponto de partida, faz-se relevante analisar o direito à cidade elaborado por Lefebvre (2001) e como a agricultura urbana insere-se nesse debate.

4.2 A AGRICULTURA URBANA E O DIREITO À CIDADE

Em “A Cidade”, Carlos (1992) aborda dimensões subjetivas da cidade. Tendo como ponto de partida a construção de uma noção de cidade a partir de sua imagem, afirma que, de início, deparamo-nos com o caos. O caos da “(...) concentração de casas, seres humanos transformados em massa disforme sem identidade, personalidade, necessidades, desejos.” (CARLOS, 1992, p. 14). Ao mesmo tempo, o caos urbano não manifesta-se apenas pela concentração ou pelo excesso. Ele estimula a ausência ao fragmentar laços e ao criar uma solidão específica, onde

O estar sozinho, no entanto, não se dá só em relação ao espaço imediato da cidade, mas para além dela - liga-se à sociedade urbana onde a vida da metrópole se depreende a partir dos ruídos e não pelas relações pessoais: a amizade, o amor ou mesmo um gesto de carinho. (CARLOS, 1992, p. 15).

O tempo dessa vida da metrópole é baseado inúmeras vezes num ritmo produtivista, que caracteriza a dinâmica tão conhecida pelos moradores das grandes cidades: a da pressa. “E essa ideia de tempo que permeia a vida das pessoas, ritmando o corre-corre da metrópole, atinge corações e mentes, inebria e amortece. A relação das pessoas com o tempo é mediada pela máquina.” (CARLOS, 1992, p. 18). Sob essas condições, ocorre um aprofundamento do individualismo e uma perda da identificação com os lugares e com as pessoas. Além disso, tem-se também o tempo expresso pela quantidade de trabalho que, mais tarde, é materializado em mercadorias que oferecem uma evolução para a imagem externa de quem as adquire, visto que “(..) o homem é entendido pelos aspectos exteriores e o que mede e sua vida é o tempo de trabalho.” (CARLOS, 1992, p. 21).

Entretanto, do que aparenta abrigar apenas a lógica capitalista e todas suas problemáticas, surgem os conflitos e embates entre os agentes presentes na cidade e possibilidades de um modo de vida alternativo ao caos diário. Além de analisar a cidade pela ótica do mercado, é possível analisá-la sob a ótica do trabalhador, do consumidor e das contradições sociais que manifestam-se escancarando as desigualdades de acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo e consolidam a necessidade de se construir uma alternativa.

(...) pobreza crescente em meio à abundância, apelo ao consumo e dificuldade para atender a esse apelo, ampliação do tempo livre para os bem empregados e imposições do tempo livre aos sem emprego. É a partir dessas contradições que se constrói um novo homem, cujo perfil é oposto do desejado pelo capitalismo. (SANTOS, 2011, p. 134)

Ao mesmo tempo, essa construção de alternativas não é uma tarefa simples, visto que já não se sabe se essa possibilidade ainda existe. Harvey (2009) sugere que a base da atual sensação de impotência largamente experimentada - e difundida - deriva dos grandes interesses corporativos e financeiros que promovem, a todo custo, o combate ou desqualificação de questionamentos às “glórias” do livre mercado. “‘Não há alternativa’, disse Margaret Thatcher em seu auge. E até Gorbachov concordou. Os meios de comunicação corporativizados repetem incansável e interminavelmente esse refrão.” (HARVEY, 2009, p. 204). Diante disso, o autor retoma a necessidade de se pensar no futuro através de uma imaginação utópica, onde sejamos capazes de explorar alternativas socioespaciais.

A maneira como nossa imaginação individual e coletiva funciona é portanto crucial para definir o trabalho da urbanização. A reflexão crítica sobre nosso imaginário envolve todavia tanto enfrentar o utopismo oculto como ressuscitá-lo a fim de agir como arquiteto de nosso próprio destino em vez de como “impotentes marionetes” dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos. Se, como diz Unger (1987b, p. 8) aceitamos que a “sociedade é construída e imaginada”, podemos também crer que ela pode ser “reconstruída e reimaginada”. (HARVEY, 2009, p. 211)

É nesse mesmo sentido que Miraftab (2016) enfatiza a necessidade de se politizar a imaginação e de enxergar o futuro enquanto terreno de luta por justiça, encarando como indispensável a disputa entre a expansão do domínio da imaginação e o seu encerramento. Harvey (2014) afirma que no processo de reflexão sobre o tipo de cidade que queremos reflete-se o tipo de pessoas que queremos ser, os tipos de relações sociais que buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem, entre outros aspectos, ou seja, ocorre um reflexo pessoal de nossos próprios valores e vontades.

Se não ousarmos imaginar o inimaginável, então, o futuro é menos aberto e mais predeterminado como persistência e perpetuação do presente. A “colonização do futuro” é um conceito de importância chave nessa discussão. (...) eu argumento que é o futuro que deve ser invocado como a última colônia – o futuro enquanto um território político, um “território” a ser “ocupado” para salvaguardar seu fechamento por imaginações totalitárias e pela aniquilação de alternativas. Como um argumento oposto ao do fim da história de Francis Fukuyama (1992), que busca encerrar o futuro, a luta de nossos cidadãos é para superar tal fechamento e abrir o terreno para a imaginação para conceber alternativas. O fim da história como a conhecemos, pode ser também o começo da história como a queremos. (MIRAFTAB, 2016, p. 374)

Tendo em mente tais considerações e a necessidade de renovação do meio urbano, é fundamental recorrer à Lefebvre (2001), que originalmente apresenta o termo “direito à cidade”. No caso, trata-se de uma reação à crise da cidade, onde a vida urbana é regulada por um cotidiano que retira as vivências de lazer, encontros e afins.

Fábrica de preconceitos, essa natureza inferior que mutila a consciência do homem e cria a submissão aos mecanismos de manipulação, o cotidiano é também o lugar da descoberta. Aí o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massa. (SANTOS, 2011, p. 130).

Lefebvre (2001) reconhece o proletariado como o agente principal da construção de iniciativas revolucionárias que ofereçam soluções para os problemas urbanos e desfaçam as estratégias e ideologias dominantes e alienantes. Em suma, indica o direito à cidade como um “direito à vida urbana, transformada, renovada.” (LEFEBVRE, 2001). Para ele, o direito à cidade “(...) manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) se imbricam dentro do direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 125). A partir disso, haveria o fim da separação entre a cotidianidade e o lazer, e a cidade seria “(...) a obra perpétua dos seus habitantes, o que contraria a ideia da mesma enquanto mero receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento.” (LEFEBVRE, 2001, p. 140). Em suma, apesar do direito à cidade às vezes ser

reduzido à uma reivindicação pelo acesso aos equipamentos urbanos, à melhorias de infraestruturas e ações desse tipo, é um conceito que transcende tais coisas e sugere um direito de se disputar uma nova cidade, de vivenciar um local que não sirva como mero espaço de valor de troca para o capital.

Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana do nosso cotidiano. (HARVEY, 2014, p. 20)

Quando visitamos as noções de “cidade” deparamo-nos com uma série de leituras e interpretações das problemáticas e identificamos diversas dinâmicas que existem em consonância com os preceitos do capital. Tal processo é indispensável, mas ao mesmo tempo é fundamental que ocorram reflexões sobre as práticas que não seguem essa lógica, compreendendo como se comportam, de que modo promovem a renovação da cidade e como podem ser expandidas. Nesse sentido, pode-se questionar como a agricultura urbana insere-se neste processo de ressignificação da vida cotidiana urbana e de imaginação e reconstituição da cidade.

Quando propomo-nos a descrever e analisar, no texto etnográfico, algumas das várias contribuições específicas que a AU oferece a elementos relacionados direta ou indiretamente à vida urbana, foi possível identificar, em suma, a possibilidade de uma qualidade de vida melhor, do ponto de vista material (considerando renda e trabalho), e uma reconexão (ou conscientização) sobre a relação entre o ser humano, o meio ambiente e a alimentação. Além desses elementos específicos, Smit, Nars e Ratta (2001) pontuam uma série de benefícios que não foram citados anteriormente, sendo eles relacionados à promoção de benefícios sociais, como equidade social ao melhorar a saúde e produtividade de populações pobres; auxílio a grupos minoritários como migrantes, imigrantes, refugiados e pessoas em contextos de crise civil; promoção de estabilidade e educação financeira à população jovem; melhorias do bem-estar ambiental; urbanização sustentável, entre outros.

Para além desses elementos específicos, a AU também exerce influência sobre o espaço urbano em si. Como analisado no capítulo quatro, grande parte da cidade que conhecemos é estruturada e orientada para as dinâmicas de geração de capital, então no momento em que um espaço contrário a essa lógica é estabelecido, como no caso das hortas urbanas, é possível interpretar tal feito como uma reforma urbana. “Em si mesma reformista, a

estratégia de renovação urbana se torna ‘necessariamente’ revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas.” (LEFEBVRE, 2001, p. 113).

No artigo “Agricultura Urbana entre necessidade e utopia: experiências paulistanas”, Suzuki e Berdoulay (2016) analisam a AU enquanto uma prática capaz “(...) de apontar para a construção de outra cidade, em que a preservação e a restauração da biodiversidade estejam mais presentes. (...) e que implica mudanças importantes na relação humana com o espaço urbano” (SUZUKI e BERDOULAY, 2016, p. 2). Os autores exploram o conceito de heterotopia (numa certa oposição à utopia) e as possibilidades da AU fomentar um espaço sob esses moldes. No caso, afirmam que “(...) o pensamento utópico clássico refere-se à uma visão de sociedade ideal, congelada num espaço em que o arranjo é também ideal.” (SUZUKI e BERDOULAY, 2016, p. 3), logo, o conceito de utopia não poderia desenvolver-se sob a ótica da AU, visto que é uma prática que estabelece relações muito diversas com o espaço e não desenvolve-se em sociedades, tempos ou ambientes estáticos, como uma utopia demanda. Na utopia moderna, afirmam que a preocupação predominante é o tempo, “(...) ou seja, a concepção das etapas pelas quais se pode aproximar da sociedade ideal. Consequentemente, o espaço perde seu status preeminente (...)” (SUZUKI e BERDOULAY, 2016, p. 3), e novamente, o espaço, categoria essencial para a compreensão da AU, não se relaciona da maneira ideal com o pensamento utopista. Com essas considerações feitas, os autores indicam que a AU contemporânea corresponde, na verdade, à uma estratégia heterotópica. A noção de heterotopia formulada por Foucault (2013) seria o oposto do irreal e do imaterial, ou seja, da utopia. O autor denomina como “espaços heterotópicos” ou “contraespaços” lugares tangíveis e reais que contrariam alguma hegemonia. Tais lugares comportam-se opondo-se a outros, “(...) destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. (...) Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis.” (FOUCAULT, 2013, p. 20).

Assim, estamos lidando com uma perspectiva utópica que, paradoxalmente, é baseada sobre a valorização da heterotopia. É por isto que o caso da agricultura urbana, analisado aqui com base no que se passa em São Paulo, mas existente em outros lugares no mundo em gradações diversas, é extremamente interessante. Ele nos revela que não se pode reduzi-lo a uma simples manifestação do pós-modernismo. Este último, de fato, se ele tende a valorizar o local, rejeita as grandes histórias que são as utopias. No entanto, a agricultura urbana estabelece ligações até hoje inéditas entre heterotopia e utopia. É provavelmente nisto que reside sua força e seu poder de atração no seio da sociedade. (SUZUKI e BERDOULAY, 2016, p. 13)

Outra questão relacionada à interação entre a AU e a cidade pode surgir a partir de “Metrópole Corporativa Fragmentada”, onde Santos (2019) reúne algumas informações sobre

os vazios urbanos, fenômeno que ocorre em larga escala, e cita o caso de grandes cidades ou regiões metropolitanas brasileiras, indicando:

“(...) na cidade de São Paulo, ‘a terra ociosa atinge 24250 hectares, o que representa aproximadamente 45% da terra total existente no município’. (...) Em estudo mais recente sobre A Questão Fundiária Urbana, Maurício Nogueira fala de 1.200.000 lotes vazios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ‘o que representa 60% da ocupação residencial urbana’. São do mesmo autor os comentários seguintes: ‘(...) Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 1975, o município de Contagem tinha, desocupados, 67% do número total de lotes e Betim possuía mais de 80% de lotes sem ocupação’. (SANTOS, 2019, p.32)

Santos (2019) traça uma relação entre os vazios urbanos, o crescimento urbano, a especulação imobiliária e a expulsão dos moradores para as periferias das cidades. Santandreu e Lovo (2007) enxergam os espaços ociosos das cidades como “(...) um estímulo e indicador do grande potencial para a AUP. No Brasil a disponibilidade de espaços se soma às boas condições ambientais para a produção, geralmente tratando-se de solos com boa fertilidade.” (SANTANDREU e LOVO, 2007, p. 71). As autoras afirmam que a disponibilidade de tais espaços estimula a reflexão sobre o planejamento urbano, e devido ao fato das práticas de AUP agregarem indivíduos com diferentes objetivos e interesses, torna-se uma atividade que reúne uma diversidade de perfis: “Essa diversidade de atores aponta para uma rica possibilidade de levar a todos a refletir sobre o espaço urbano, dando aos moradores condições de acesso à cidade, não só de ocupá-la, mas de pensar sobre ela e sobre o ambiente onde vivem. (SANTANDREU e LOVO, 2007, p. 72).

É fundamental que haja essa reflexão e o desenvolvimento de uma consciência sobre o espaço urbano, ainda mais considerando sua evolução a longo prazo. Segundo projeções da ONU¹², há a previsão de que até 2050 as cidades abriguem 70% da população mundial. “Nesse contexto, ações voltadas para a produção de alimentos nas cidades (ou no seu entorno) apresentam-se como uma das formas de enfrentamento de situações de vulnerabilidade em que se encontra grande parcela da população urbana.” (PINHEIRO e FERRARETO, 2011, p. 2).

Nagib (2016) afirma: “A vida na cidade, no senso comum, está bastante relacionada ao isolamento, ao medo, à violência, aos congestionamentos, à poluição, ao invés de sua imagem de comunidade, participação, animação, beleza e prazer.” (NAGIB, 2016, p. 143). Logo, quando pensamos nos ideais da AU, é possível identificar uma contraposição a essa imagem da cidade, visto que é uma prática muitas vezes baseada nos princípios da economia solidária, da agroecologia, de integração e aproximação da comunidade e afins. É importante que essa

¹² Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>>. Acesso em: 02/01/2021

atmosfera seja retomada e estimulada para que haja uma recuperação da identidade, um rompimento com a banalidade da vida. Nesse sentido, Nagib (2016), que propõe-se a analisar a AU enquanto expressão ativista, descreve-a como a

(...) materialização de uma luta por melhor qualidade de vida no que se refere à heterogeneidade das convivências cotidianas (com a aproximação entre as pessoas); possui forte característica ambientalista com toda a transversalidade que esta temática pode oferecer (das questões de saúde urbana à educação ambiental etc.); e trata-se, enfim, de uma nova vivência e percepção do espaço urbano que exigirão novas leituras políticas dos territórios, ajudando na consolidação do “[...] direito à cidade, [...] [que, por sua vez,] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser imaginado e refeito.” (*apud* HARVEY, 2013, p. 33.). (NAGIB, 2016, p. 157)

Dessa forma, é possível enxergar nas hortas urbanas a potencialidade de se tornarem espaços que “(...) privilegiam o uso em detrimento da troca, nascimento comum de desejos que querem mudar a vida ou intensificá-la e que se colocam como possibilidades de existência dos espaços do encontro, da troca, da informação, dos jogos, do divertimento, do prazer.” (CARLOS, 2017, p. 243) . Além disso, há destaque para as hortas que estabelecem-se, em locais públicos e por isso fomentam a interação entre os moradores locais, ao contrário de atividades que são realizadas em espaços fechados (SMIT, NARS e RATTA, 2001). Com essa articulação ao redor de um projeto urbano, as pessoas envolvidas “(...) saem da tarefa do estritamente privado, para a partir dela, participar do coletivo pela via da consciência política.” (CARLOS, 2017, p. 247).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho abordou-se como a agricultura urbana foi estabelecida no município de Osasco, considerando os agentes e órgãos públicos envolvidos. A agricultura urbana enquanto prática por si só, e não como política pública, pode ocorrer sem o amparo do Estado. Entretanto, este não é o caso das hortas urbanas oficiais de Osasco, portanto, foi necessário realizar o levantamento de secretarias, projetos, departamentos oficiais e órgãos do gênero envolvidos para que haja uma compreensão da AU em seu sentido burocrático.

Para que houvesse uma compreensão concreta dos processos que envolvem a AU, foi elencada como uma das metodologias a realização de um trabalho de campo na “Horta Modelo”. Tal etapa da pesquisa foi fundamental, visto que representou uma materialização de diversos pontos abordados e analisados em relação à AU. Neste sentido é interessante relembrar que a agricultura urbana possui atores, funções e formas diversificadas e até mesmo contraditórias, portanto, a realização do trabalho e as conclusões elaboradas foram baseadas, principalmente, nas experiências observadas no município de Osasco. A escolha da etnografia enquanto recurso de campo possibilitou uma imersão, mesmo que dentro de um curto período, num local com práticas e conhecimentos até então observados apenas no plano teórico. A assimilação das informações num ambiente material oferece ao pesquisador uma experiência próxima da realidade e possibilita a captação de elementos, nuances e questões que, à distância, não seriam identificados da mesma maneira. Sendo assim, é interessante ressaltar o quanto importante é o trabalho de campo para a compreensão de fenômenos, e relembrar que a etnografia, apesar de tratar-se de uma metodologia (ou em outros momentos recurso) característica da antropologia, pode ser requisitada por outras ciências, podendo oferecer resultados satisfatórios.

De muitas maneiras, fazer pesquisa de campo muda a gente, queiramos isso ou não. No campo nos tornamos outra pessoa, ou talvez uma dimensão anteriormente desconhecida de nós emerge e se desenvolve. Se colocamos nosso corpo em campo, se o sujeitamos a um ambiente diferente e rompemos com seus padrões familiares, é porque há algo a ganhar com a experiência de estar lá - uma experiência feita na carne, mas pensada na mente e experimentada tanto emocionalmente quanto intelectualmente. (DAYNES e WILLIAMS, 2018, p. 92)

O levantamento bibliográfico do conceito de agricultura urbana, assim como do conceito de cidade e urbano, trouxe uma definição de tais elementos e ao mesmo tempo uma expressão da diversidade de significados que podem carregar. O processo de conceituação de qualquer termo demanda a realização de uma escolha de quais autores, ciências e recortes temporais serão feitos, logo, é possível que o mesmo tema de pesquisa seja desenvolvido de

maneiras diferentes e expressem significados e conclusões distintas, a depender do viés e bases selecionadas.

No caso do presente trabalho, as ideias de cidade e urbano, em suma, foram abordadas levando em consideração suas relações com elementos econômicos, políticos e sociais, numa tentativa de compreendê-las de maneira holística e não limitada às definições que consideram, por exemplo, apenas questões quantificáveis ou que podem ser precisamente medidas como divisão territorial, quantidade de habitantes e afins. Quanto à agricultura urbana, prezou-se por uma conceituação e exploração dos seus elementos de uma maneira que expressasse e investigasse seu valor para além de sua capacidade produtiva, de modo que fosse possível reconhecer seus benefícios na esfera pessoal dos moradores urbanos e no contexto urbano em si, enquanto prática que pode contribuir com a construção de uma cidade diferente.

A escrita sobre o meio urbano revela inúmeras complexidades e uma enorme diversidade de agentes que a modelam, usufruem e ocupam. Nesse sentido, a cidade pode ser interpretada de maneiras distintas, podendo abrigar interesses divergentes e até mesmo conflitantes, que é o que se observa. Vários embates surgem dessa heterogeneidade e ajudam-nos a compreender as dinâmicas e as contradições do meio urbano, assim como suas potencialidades e possibilidades de transformação.

A partir de tais compreensões, é possível observar como a AU contribui com esse processo de renovação da cidade à luz do conceito de “direito à cidade”, de Lefebvre (2001). Essa análise revela a complexidade do conceito e indica a necessidade de compreendê-la de maneira aprofundada, a fim de evitar reduções de seu significado. Em seguida, revela também que a AU se manifesta, de fato, de maneira material na vida urbana, mas ao mesmo tempo carrega um papel simbólico de notável valor. Finalmente, ao mesmo tempo em que se reconhece a potencialidade da AU, é interessante relembrar suas limitações e abordar o tema com cautela, compreendendo que as transformações urbanas demandam uma série de articulações entre as mais diversas esferas e agentes.

Segundo projeções, como por exemplo a da ONU citada no capítulo anterior, a tendência demográfica global para os anos futuros é a do adensamento das cidades e do crescimento da urbanização (e consequentemente o acontecimento de outras problemáticas paralelas, como por exemplo a expropriação que ocorre no campo). Tais fenômenos isolados não produzem a miséria e a desigualdade em si, mas as concentram e as evidenciam. Desse modo, é necessário que alternativas a este cenário – e também ao cenário atual – sejam elaboradas a partir da ótica e da vida dos grupos que se prejudicam com tais processos e

colocadas em prática de modo coletivo. Apesar das diversas problemáticas da cidade exaustivamente repetidas, é importante ressaltar uma última vez que do cotidiano e das contradições presentes nele, emerge a possibilidade de novas reflexões e condutas, como demonstra Santos (2011):

Como descobrir o que é justo ou injusto, em um mundo onde a verdade é tão renitentemente sonegada que reconhecê-la depende do oportuno aproveitamento das contradições em que a própria práxis nos mergulha? É nesse sentido que se pode dizer, como G. Markus (1973, p. 63), que a alienação também pode ser desalienadora, quando o indivíduo tornado passivo pelo modo de existência encontra as maneiras de se tornar o que é fundamentalmente, isto é, um ser ativo. Essa redescoberta vem da oposição existencial entre o que cada qual pretende ser e o que ele é realmente. Para obtê-lo, segundo J. P. Sartre (1960, p. 202), “o homem deve lutar não apenas contra o meio social que o engendrou (...), mas também contra a sua própria ação, na medida em que essa ação tornou-se outra. (SANTOS, 2011, p. 55)

Enxergar as possibilidades de transformação a partir do cotidiano, dos embates e das problemáticas, não deve ser interpretado como uma ação de romantização das adversidades, e sim enquanto uma superação da realidade imposta. Zizek (2012) na introdução da obra “Vivendo no fim dos tempos”, analisa a consciência social do ser humano diante dos diversas infortúnios globais, e descreve as reações a partir disso da seguinte maneira:

A primeira reação é a negação ideológica de qualquer “desordem sob o céu”; a segunda aparece nas explosões de raiva contra as injustiças da nova ordem mundial; seguem-se tentativas de barganhar (“Se mudarmos aqui e ali, a vida talvez possa continuar como antes...”); quando a barganha fracassa, instalam-se a depressão e o afastamento; finalmente, depois de passar pelo ponto zero, não vemos mais as coisas como ameaças, mas como uma oportunidade de recomeçar. Ou, como Mao Tsé-Tung coloca: “Há uma grande desordem sob o céu, a situação é excelente”. (ZIZEK, 2012, p. 13)

Apesar dos diversos desafios enfrentados pelos indivíduos que envolvem-se com as atividades que contrariam a lógica hegemônica da cidade, acredita-se que as ações e o debate a partir de práticas como a agricultura urbana estimulam reflexões e uma tomada de consciência sobre o espaço urbano, revelando o que precisa ser transformado e o que a cidade pode tornar-se por meio do estímulo a espaços coletivos, à mobilização política e à negação das adversidades. “Dizer não é mostrar-se plenamente vivo e portador de uma existência ativa, é recuperar os poderes perdidos e levantar-se sobre os próprios escombros, reaprendendo a liberdade.” (SANTOS, 2011, p. 133).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm> Acesso em: 20 dez. 2021.

CALDAS, Eduardo de Lima et. JAYO, Martin. Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologia. *Confins*, v. 39, p. 01-11, Março de 2019. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/18639>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: FFLCH, 2017.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), [S. l.], v. 23, n. 3, p. 458-477, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163371>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p

CARVALHO DE MIRANDA, A.; COSTA MOREIRA, J.; CARVALHO, R. de; PERES, F. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 12, núm. 1, janeiro-março, 2007, pp. 7-14 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Brasil

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática S.A, 1989.

COUTINHO, M. N., & COSTA, H. S. de M. 2011. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Revista Geografias*, 81–97. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322/10554>> . Acesso em: 5 de set. de 2021.

DEELSTRA, T; GIRARDET, H. Urban agriculture and sustainable cities. In: GUNDEL, S; DUBBELING, M.; DE ZEEUW, H; BAKKER, N; SABEL-KOSCHELLA, U. 2000. *Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda*. Deutsche Stiftung fur internationale Entwicklung (DSE), Feldafing, Germany. 43-66.

III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento*. In: Documento Final. Fortaleza, 2007.

FREDDI, S. M. A agricultura Urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC. 166 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

FOUCAULT, M. O corpo utópico, As heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2009. 382 p.

LEFEBVRE, H. A revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 176 p.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2001. 141 p

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LOVO, I. C. Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania. Dissertação (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

LOVO, Ivana; NUÑEZ, Tarson. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. Consultoria FAO/MDS, 2011. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/Produto_04_FAO-MDS_consolidado.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021

MACHADO, T. L. Afinal, Como Nasce um Texto Etnográfico? As Tramas do Percurso do Trabalho de Campo e a Escrita Etnográfica. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 293-308, fev. 2019. ISSN 1983-7798. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5716>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49. Jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 25 nov. 2021.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 nov. 2021.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e Nutricional. 3º ed. RJ: Vozes, 2011.

MENDES, L. S. Agricultura urbana e periurbana como fonte de renda através do autoconsumo. Florianópolis: UFSC, 2016.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e aperspectiva de um urbanismo humano. In: Revista Bras. Estud. Urbanos Reg. (online). Recife, v. 18, n.3, p.363-377, set./dez. 2016.

MONTE-MÓR, R. L. O que é urbano, no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

NAGIB, G. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>>. Acesso em: 8 de set. de 2021.

OLIVEIRA, L. C. P. de. Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto, 2017. 279 f. Administração Pública e Governo - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Criar Cidades Mais Verdes. Roma, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>> Acesso em: 20 de nov. de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Agricultura urbana e periurbana. Roma, 1999. Disponível em <http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/x0076e.htm#P106_11554>. Acesso em 06 de setembro de 2021.

PINHEIRO, M.; FERRARETO, L. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate a fome e promoção da segurança alimentar. Coleção Fome Zero - Uma história brasileira, Brasília, p. 253-264, 2011.

Prefeitura Municipal de Osasco. Osasco construindo uma economia mais justa e solidária. Osasco, 2008. Disponível em: <http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Livro_osasco_costruindo_uma_econ_mais_justa_e_solidaria.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

Prefeitura Municipal de Osasco. Desenvolvimento Econômico, 2018. Disponível em: <<https://www.osasco.sp.leg.br/institucional/osasco-cidade/social/desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 15 de set. de 2021.

Prefeitura Municipal de Osasco. Sobre Osasco, s.d. Disponível em: <<http://www.osasco.sp.gov.br/sobre-osasco/#historia-osasco>> Acesso em: 15 de set. de 2021.

Prefeitura Municipal de Osasco. Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda. Osasco, s.d. Disponível em: <<http://www.osasco.sp.gov.br/secretaria-de-emprego-trabalho-e-renda/>>. Acesso em: 24 de jul. de 2021.

Prefeitura Municipal de Osasco. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Osasco, s.d. Disponível em: <<http://www.osasco.sp.gov.br/secretaria-de-meio-ambiente-e-recursos-hidricos/>>. Acesso em: 24 de jul. de 2021.

Prefeitura Municipal de Osasco. Ampliação do Programa Agricultura Urbana. Osasco, 2017. RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S. Urbanização crítica e alienação das práticas alimentares. *Agrária* (São Paulo. Online), 2012 v.(17), pg. 104-131. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/83623>. Acesso em: 15 dez. 2021.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S. Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. 2015. 244 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: Saberes e Práticas. In: JARDIM PINTO, Céli Regina e GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROSTICHELLI, M. Entre a Terra e o Asfalto: A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24042014-120105/publico/2013_MicheleRostichelli_VCorr.pdf>. Acesso em: 8 de set. de 2021.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. Disponível em <https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf> Acesso em: 20 jun. 2021

SANTOLIN, C. F. Agricultura urbana: análise a partir do seu potencial em políticas de desenvolvimento. 37 f. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 133p.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico- científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1994. 176 p.

SANTOS, M. Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo. 2.ed., 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

SANTOS, M. O espaço da cidadania e outras reflexões. 2. ed. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, M. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Osasco. Diagnóstico Estratégico da Cidade de Osasco 2018 – 2021: Anexo III. 2018.

Disponível em:

<<http://www.seplag.osasco.sp.gov.br/Content/uploads/publicacao/ppa/Diagnostico%20Estrategico%20da%20cidade%20de%20Osasco.pdf>> Acesso em: 17 de set. de 2021.

Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Osasco. Osasco em Números (2019) - Meio ambiente. 2019.

Disponível em:

<<http://www.participa.osasco.sp.gov.br/Upload/publicacao/osasco-em-numeros-ambiente.pdf>> Acesso em: 17 de nov. de 2021.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Osasco. Guia de Arborização Urbano. 2019.

Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/cartilha-ambiental-osasco_final_05-08.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2021.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 1998. 162 f.

SINGER, P. Economia Solidária - Entrevista com Paul Singer. Revista Estudos Avançados. v.22 n.62 São Paulo jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/WYVnc8gJVQYFDnrCgbZxjCG/?lang=pt>> Acesso em: 15 dez. 2021.

SOTO, W.H.G. A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil – As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002

SUZUKI, J. C.; BERDOULAY, V. Agricultura Urbana entre Necessidade e Utopia: Experiências Paulistanas. XIV Colóquio Internacional de Geocrítica. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, 2-7 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv_suzuki.pdf> Acesso em: 15 mai. 2021

MOUGEOT, L. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. In Revista Agricultura Urbana nº 01, 2000. Disponível em: <https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VICENTINI, J. S. B. A reprodução de processos de segregação espacial na periferia da RMSP: o entorno do rodanel Mario covas (trecho Oeste). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WIELEWICKI, V. H. G. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 27-32, 2001. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_etnografica.pdf> Acesso em: 25 nov. 2021.

ZIZEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

7. APÊNDICES

APÊNDICE A – Diário de Campo

Diário de campo

Dia 1: 13/10/2021

Hoje foi o primeiro dia de campo. Fiz um contato prévio com Ítalo e Lourdes na semana passada, dia 5. No caso, eles não estavam na horta. Quem estava era Pedro, irmão da Lourdes, que me informou que os dois estavam num terreno há alguns metros dali quando perguntei sobre. Ao encontrá-los, expliquei brevemente o tema do TGI e perguntei sobre a possibilidade de acompanhá-los por alguns dias. Disseram que era possível e que poderíamos combinar. Trocamos contato. Na segunda-feira, dia 11, mandei mensagem para o Ítalo e hoje fui até lá, por volta das 10h00. Quando cheguei nos cumprimentamos e quando avisei que ia prender minha bicicleta em algum lugar na rua, como algum poste, Ítalo disse que eu poderia deixar dentro da horta, mas mesmo assim deveria usar o cadeado, e me contou sobre a questão da segurança no espaço e sobre um evento específico onde algumas ferramentas haviam sido roubadas.

A entrada da horta tem um espaço coberto, e em sua lateral esquerda, tem-se a horta. É mais comprida do que parece, quando vista do lado de dentro. Ítalo me falou que estavam recebendo visita da SEBRAE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Também me falou um pouco sobre a divisão do local e de quem cuida das outras duas porções de terra. No caso, além dele e Lourdes, que dividem as tarefas, tem também Abdias, Bete e Severino, que pude conhecer. Me mostrou as coisas que são plantadas e foi me falando o nome delas, principalmente das que não são tão convencionais. Em dado momento conversamos sobre o consumo de carne. Acredito que foi quando ele me mostrou a planta peixinho, conhecida por ter gosto parecido com o de peixe quando empanada e frita. Ele disse que não consome carne há 3 anos. Depois, me falou sobre o sistema de irrigação, em que contam com uma caixa d'água para captação de água da chuva (que não é o suficiente) e água da SABESP e um pouco sobre a relação da horta com a prefeitura e com o SESC que, através de algumas parcerias, contribuíram com algumas partes da infraestrutura, como um muro de bioconstrução e algumas telhas da entrada, que a deixam coberta. Existe uma demanda quanto à questão da melhora da estrutura que cerca a horta para questões de segurança, mas ainda é algo pendente.

A proposta da horta é a agroecologia, que é diferente de uma prática apenas orgânica, como me explicou. O cultivo orgânico não necessariamente preza pela biodiversidade, como a

agroecologia. Nesse sentido, são cultivadas diversas espécies vegetais. Provei uma planta chamada azedinha, uma acerola, morangos e couve manteiga.



O sol estava bem forte e fui picada por algum inseto, provavelmente pernilongos. Ítalo me disse que existem produtos em comum cultivados nas 3 porções de terra e que o ideal seria uma diversificação e repartição da renda total ao final das vendas, no entanto, não há consenso quanto à essa questão entre os produtores. Questões relacionadas ao plantio de vegetação nativa não são uma pauta. Pensei na questão das sementes e perguntei se eram utilizadas, compradas, enfim. Na verdade, não formulei minha pergunta tão bem. O que eu tinha em mente era a questão das sementes transgênicas e crioulas, mas creio que posso retomar essa questão em outra conversa. Em algum momento, Bete, uma agricultora do lado direito da horta, entregou para o Ítalo um maço de alguma verdura para ele plantar, e não me lembro exatamente o que ele fez com esse maço, mas creio que um ponto importante desse momento foi ele ter comentado sobre a questão de que seria mais interessante plantar aquilo numa outra horta, a que fica há cerca de 200m da que estávamos, pois lá existia mais possibilidade das pessoas de fora verem e entrarem pra pegar, então ao plantar uma espécie não muito conhecida, seria mais interessante. No caso, quem cuida dessa outra horta são outras pessoas, mas há contato entre eles.

Existe uma estufa no espaço com diversas mudas, mas Ítalo me falou que ela ainda precisa de mais proteção pois entra muito calor. Parte delas são vendidas para pessoas. Em outro espaço, existem mudas que são destinadas só para doação. Quando ele foi plantar

algumas mudas, me convidou para plantar também. Não me recordo de qual espécie eram. Tiramos algumas fotos:



Algum tempo depois fomos até outra horta nas proximidades, que fica a cerca de 200m de distância. Fomos caminhando. O bairro é um dos mais arborizados de Osasco e o clima desse trajeto é fresco. No caminho, Ítalo contou que tem contato com um geógrafo que possui conhecimento sobre instalação de painéis fotovoltaicos, o que seria interessante para as hortas. Nessa outra horta, o portão estava aberto. Conheci Maristela, que estava mexendo na terra. Além dela, algumas pessoas estavam trabalhando. Depois, ela me passou seu número e disse que eu poderia entrar em contato caso precisasse de algo. Me explicaram que a horta possui uma proposta socioambiental e recebe pessoas com pendências na justiça que podem prestar serviço à sociedade nesta horta. Lá, passaram um tempo conversando sobre um aplicativo de identificação de plantas, de modo que Ítalo tentava ajudá-la a instalar ou encontrar o programa, não sei exatamente. Em seguida, ele me mostrou o sistema de irrigação (que, se bem me lembro, foi instalado por ele), de gotejamento, o mesmo que querem utilizar na horta nova que estão abrindo ou na que estávamos antes, não me lembro em qual das duas.



De frente para essa horta existe um terreno da Transpetro. Ítalo me explicou que é um terreno onde passam tubulações de óleo e que, por meio de uma articulação entre ele, Lourdes e a Petrobrás, conseguiram autorização para utilizar o terreno e tudo mais. Por conta dessas tubulações, existem limitações sobre o que pode ou não ser cultivado. No momento, estão num processo de adubar o solo com matéria orgânica que sobra da feira que ocorre no bairro, o que é vantajoso para ambas partes, e também com matéria morta como restos de folhas de poda, que conseguiam pegar com a prefeitura, porém no momento não estão disponibilizando esse material, pois alegam que podem estar contaminado. Um pequeno pedaço desse terreno é utilizado por um senhor que cultiva as coisas sozinho. De frente para esse terreno existe outro, também da transpetro, porém pavimentado e cercado. É uma obra de uma igreja próxima do local, que construiu um estacionamento em poucos meses.

Depois, fomos embora e voltamos para a horta. Estávamos conversando e uma moça entrou na horta, dizendo que gostaria de comprar algumas coisas. Aparentemente a entrada não é controlada. Conversamos sobre as outras atividades que são realizadas em outros dias da semana, como entrega, colheita e o escoamento de produtos para a Ecoz, um coletivo que vende caixas de alimentos de produtores locais e consegue reverter parte do valor para montar novas caixas e doar para famílias de mães solo. Tínhamos conversado bastante e visto várias coisas na horta, então acabamos falando sobre o trabalho. Não expliquei com clareza o recurso da observação etnográfica. Não por esquecer, mas por uma falta de domínio da definição e das etapas. Fiquei de checar melhor e retomar esse ponto num outro momento. Ítalo disse que Lourdes possui uma história de vida interessante e que seria legal acompanhá-la também. Retomamos o assunto sobre as atividades da horta. Na sexta acontecem as colheitas, e pensando no que ele havia falado mais cedo, sobre a necessidade de aumentar o marketing da horta, falei da possibilidade de fotografar o espaço utilizando câmera e realizar uma edição nas fotos, de modo que pudessem ser utilizadas nesse sentido.

Antes de eu ir embora, Ítalo colheu alguns alimentos para que eu conhecesse e levasse pra casa. Couve, almeirão, manjeriço roxo, peixinho, e duas outras plantas que não conheço, mas que podem ser consumidas em salada, por exemplo. Comentou que essa vivência de colher o alimento é interessante, então pude pegar algumas das folhas de couve. A não ser em casa, colhendo alguns temperos, amoras do antigo pé e o romã da árvore que ainda está viva, nunca vi de fato de onde o que eu comi tinha vindo. Pegar uma folha de couve que eu e minha família iríamos comer mais tarde é uma prática tão simples mas ao mesmo tempo tão simbólica na cidade (e escrevo isso com um certo receio, arriscando estar romantizando uma prática extremamente cotidiana e natural para diversas pessoas), visto que a alienação da alimentação é algo tão forte. Pensei um tempo sobre isso. Com uma sacola cheia de folhas, por volta das 13h20 me despedi.



Dia 2: 14/10

Cheguei por volta das 9h15. Hoje fui de protetor solar, pois ontem fiquei com os ombros um pouco queimados, mas o sol estava mais ameno. Algumas pessoas estavam entrando na horta nessa hora junto com Abdias, então entrei junto com elas. Pelo que entendi, quando o portão estiver sem cadeado, as pessoas podem entrar livremente na horta. Lá dentro, preendi a bicicleta na pilastra. Cumprimentei Bete, que disse que ia limpar um banco. Acho que Severino ainda não estava lá, ou apenas não o vi.

Encontrei Ítalo. Ele estava fazendo a manutenção e a limpeza de alguns canteiros: revirando o solo, fazendo a adubação e a cobertura. Conversamos um pouco, e enquanto fazia essas atividades, me ofereceu uma planta pra que eu jogasse por cima da terra que ele já havia preparado. A ideia é que essas folhas sirvam de adubo. Em seguida, arrancamos algumas ervas daninhas (com cuidado quando estão próximas do alho-poró, pois as folhas são

parecidas), que em seguida são deixadas por cima da terra, pois secam e servem de adubo. Depois, Ítalo fez uma adubação pontual no repolho roxo e na chicória e deixou que eu também jogasse num canteiro. Disse que a medida é estimadamente a de uma colher por porção de planta, pelo que lembro. Tenho um pouco de receio de participar dessas pequenas tarefas pois nunca faço isso no cotidiano, então não sei o que exatamente pode estragar ou prejudicar as plantações, mas aparentemente as plantas não são tão sensíveis quanto imagino. Ao mesmo tempo acho divertido e um pouco engraçado receber essas pequenas tarefas, pois me lembra daquele cenário onde éramos crianças e cozinávamos com adultos, que nos deixavam mexer a massa do bolo ou quebrar os ovos, pois era fácil e assim podíamos participar com uma pequena ajuda, que na verdade era mais simbólica do que de fato necessária. Enfim.

Enquanto isso, conversamos sobre algumas coisas triviais como alimentação, universidade, escola e outros assuntos. Entre essas atividades, às vezes Ítalo saía para receber algumas pessoas que entravam na horta ou para conversar rapidamente com outros produtores. Pedro, irmão da Lourdes, que conheci antes de visitar a horta, apareceu por lá e nos cumprimentamos. Em uma das voltas, Ítalo me deu alguns tomates pequenos para experimentar. Mais tarde, retirou algumas plantas de um canteiro, pois não tinham crescido como o esperado, então suas folhas estavam um pouco secas. Seu palpite é que pode ser porque foram plantadas no inverno. Também tinha outra teoria, mas não me recordo qual. Ele também colheu alguns rabanetes, e explicou que naquele local eles não deram tão certo quanto poderiam, provavelmente porque não tiveram muito espaço para crescer na terra, mas mesmo assim a cor estava muito bonita.

Quando terminou, falamos um pouco sobre as anotações que fiz ontem no diário de campo. Comentei quais foram os pontos principais e pude tirar algumas dúvidas que haviam ficado. Retomamos o assunto da observação etnográfica. Foi mais fácil explicar do que ontem, pois consultei algumas anotações que fiz e me informei melhor. Antes de eu ir embora falamos sobre várias coisas a partir de uma conversa sobre a horta, onde surgiram assuntos relacionados a família, espiritualidade, natureza, etc. Paralelamente a isso, conversamos um pouco com Bete, que estava trocando os calçados e indo embora e perguntou se eu gostaria de levar alguns alfaces, mas não peguei pois já tinham muitos vegetais em casa, e não sei se daria tempo de comer antes de estragar. Hoje meus pais não foram à feira justamente por isso.

Algumas pessoas apareceram para comprar alguns vegetais, uma senhora pedindo uma doação de terra e um cachorro branco. Por volta das 14h45 o sol já estava bem mais fraco, e o tempo fechando. Severino também já tinha ido embora, e Ítalo continuou na horta para

esperar a entrega de algumas mudas. Nos despedimos e voltei pra casa por volta desse horário, desta vez com rabanetes. Além do protetor solar, eu também deveria ter espirrado repelente na pele (lembrete para amanhã).



Dia 3: 15/10

Acordei atrasada. Pretendia chegar antes das 9h para ir embora por volta das 12h, pois estou almoçando só quando chego em casa, o que é já tarde, mas no fim cheguei mais ou menos 9h20. Encontrei Ítalo, que estava plantando as mudas de rúcula recebidas ontem. Abdias chegou mais tarde. Quase não fotografei a horta durante os dias em que estive lá, então hoje levei minha câmera. Tirei algumas fotos, mas o sol estava muito forte, então pouco tempo depois a guardei pois ela já estava ficando quente. São elas:









Depois, Ítalo me mostrou como tirar as mudas do suporte e plantar na terra. Parecem bem sensíveis. Em algum momento uma moça chegou para comprar alguns itens. Acho que a última coisa que fizemos foi terminar de adubar o canteiro e molhar com uma mangueira.

Pouco depois fomos visitar três amigos do Ítalo no Jaguaré, num terreno que fica embaixo de um linhão da AES Eletropaulo, onde pretendem cultivar uma agrofloresta. Tirei algumas fotos enquanto retiravam pedras e outras coisas para que pudessem passar um pequeno trator de mão. Também gravei alguns vídeos do trator funcionando, a pedido de um desses três amigos.





Depois disso, conversamos um pouco sobre o projeto Economia Solidária e outros assuntos. Creio que ficamos por lá durante 30min à 1h. Por volta das 13h50 nos despedimos e

voltamos para o IAPI. Almoçamos num pequeno restaurante ali por perto e voltamos para a horta.

Diferente da manhã, em que o sol estava mais forte que nos outros dias, o céu já estava coberto por nuvens e havia previsão de chuva para as 16h. Até aproximadamente 15h30 Ítalo colheu diversas escarolas para levar amanhã na Ecoz e montar cestas de alimentos que já estão pagas. O processo é basicamente o de cortar pelo que parece ser sua raiz e retirar as folhas de fora que estão com as bordas ressecadas. Ele me chamou para ver a terra bem de perto, de onde elas estavam sendo retiradas, pois haviam insetos de diferentes espécies que muito provavelmente numa monocultura não sobreviveriam. Colocamos tudo em um caixote, que depois ele deixou num cooler de isopor com um pouco de água. Por volta das 15h30 combinamos de nos encontrar amanhã no máximo 9h para que eu possa conhecer e acompanhar o processo de montagem das cestas na Ecoz. Não vi Lourdes nem terça, nem quarta e nem hoje. Gostaria de conversar com ela também. Espero poder vê-la amanhã.

Dia 4: 15/10

Cheguei na horta por volta das 8h55. Hoje não fui de bicicleta, fui de ônibus. O ponto fica a cerca de 7min de distância da horta, que estava com cadeado. Mandeí mensagem para o Ítalo, que me explicou que estava colhendo ora-pro-nóbis em outro lugar (acredito que na horta da Maristela) e logo menos voltaria. Pouco tempo depois Abdias chegou e abriu o portão. Logo depois, Bete também. Esperei lá dentro. Cerca de 5 a 10 minutos depois, Ítalo chegou. Guardou no carro as escarolas colhidas e uma ecobag de mil-folhas, então fomos para a Ecoz, que fica no Parque dos Príncipes, bairro da zona sul de Osasco que faz divisa com a cidade de São Paulo. A caminho, paramos para abastecer o carro, mas tivemos que voltar para buscar o celular dele que havia ficado na horta. De volta ao posto e com o carro abastecido, fomos para a Ecoz. Perguntei sobre a Lourdes, e aparentemente ela está com alguns problemas em seu carro, por isso não consegui encontrá-la nenhuma vez. É uma pena, pois quando nos conhecemos, ela comentou algumas coisas interessantes sobre outras hortas presentes na cidade e produtores indígenas, que eu gostaria de saber mais sobre.

Chegando na Ecoz, vi que trata-se de uma casa que fica num bairro arborizado, com diversos condomínios nos arredores. Descarregamos as plantas e Ítalo me apresentou para as pessoas. Quando chegamos, estavam organizando os alimentos em caixas de papelão, no que parece ser um salão para pequenos eventos e que fica de frente para o jardim da casa, que possui alguns canteiros, árvores e diversas plantas.

Na parte de cima algumas pessoas ficam na cozinha preparando o café-da-manhã para o momento pós montagem de cestas. Pelo que entendi, nesse café da manhã são utilizados, além de outros ingredientes, alimentos que sobraram das cestas. Acredito que a maioria das coisas já estavam encaminhadas, então ficamos montando maços de lavanda com mil-folhas com “barbantes” do que parecia ser capim seco.



Em algum momento Ítalo precisou voltar para a horta para buscar escarolas que faltaram para montar as cestas, então continuei por lá. Quando acabei de amarrar alguns maços que estavam faltando e de checar se tinham 70 deles, que era a quantidade necessária, as cestas já estavam praticamente prontas, então procurei alguma tarefa na cozinha.



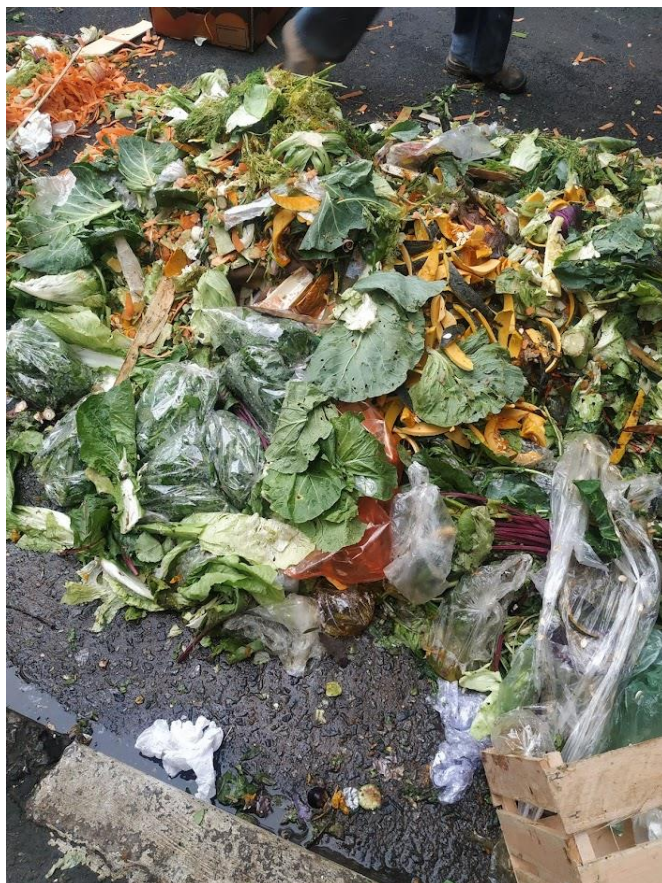
Lá, conheci Deise e mais duas pessoas, mas não me lembro dos nomes. Passamos o tempo conversando sobre algumas coisas da horta, da cidade, do bairro em que moramos, sobre a prefeitura da cidade, etc. Deise é covereadora da “Mandata Ativoz”, do PSOL. Ela comentou que alguma moça que havia se formado recentemente em geografia a procurou para que pudessem organizar alguns eventos/ reuniões voltadas para o ecossocialismo, e perguntou se tenho interesse no assunto. Deise estava preparando um pesto de bagaço de beterraba com alho, sal e salsinha, se não me engano. No caso, esse bagaço tinha sobrado do suco de beterraba e laranja. A ideia é aproveitar tudo que for possível. Por exemplo, o bagaço da abóbora e suas sementes, que ela pediu que eu separasse os restos da abóbora para colocar na composteira e guardasse as sementes, que serão trituradas para serem usadas. Também havia suco de capim-santo com limão, polenta, abóbora assada e algumas pastas como homus. Quando as mesas de baixo já estavam sem as cestas, colocamos uma no jardim, junto com cadeiras, utensílios e os alimentos preparados. Um pouco depois disso, Ítalo voltou com as escarolas. As pessoas se reúnem no jardim para tomar o café da manhã e depois algumas saem para fazer a entrega das cestas vendidas. Enquanto estão no jardim, conversam, elogiam a comida e prestam atenção na Tranqueira, a cachorra da casa que passa de prato em prato esperando que algo caia.

Mais tarde, as coisas são organizadas e as pessoas vão embora. Sobraram cerca de 8 cestas que não foram vendidas. Ainda não havia um consenso sobre o que seria feito com

elas: se haveria apenas divulgação, venda a preço de custo ou doação. Também sobraram alguns alimentos que ficaram de fora das cestas, como bananas, abóbora, limão, etc. Ítalo me deu um pacote de ora-pro-nóbis. Antes de irmos embora, um dos três amigos que encontramos ontem no Jaguaré chegou, e ficaram conversando um pouco.

Saindo de lá, voltamos para a horta. Ainda haviam algumas coisas a serem feitas, pois como é sábado tem feira no bairro. Eu ia para casa, mas decidi acompanhar algumas coisas do período da tarde. Numa banca de jornal próxima a horta, onde as pessoas são amigas/conhecidas do pessoal da horta, estava para acontecer uma contação de história para crianças, da lenda africana “Ananse”, então fizemos uma pausa por lá. Pouco depois, Pedro, irmão da Lourdes, apareceu com um carrinho de reciclagem e foi deixar algumas coisas na horta junto com Ítalo. Depois voltaram, e um tempo depois foram pegar as sobras orgânicas da feira que em outro momento servirão de adubo para a horta. Fui acompanhar essa atividade. Os funcionários da prefeitura já estavam na rua para recolher essas sobras. Passamos em três pontos enquanto Ítalo e Pedro colocavam as sobras no carrinho. Além disso, algumas barracas também descartam alimentos embalados que não foram vendidos. Muitos alimentos são descartados.





Um dos funcionários da prefeitura comentou que no bairro Helena Maria essa questão de descarte de alimentos é ainda pior. Em seguida, as sobras foram levadas para a horta. Nesse momento estava começando a garoar.



Lá, Abdias estava se preparando para ir embora, quando começou a chover. Pedro foi buscar o carro do Ítalo que havia ficado próximo à banca de jornal, e fomos até um bairro vizinho, onde Abdias mora, para que ele não fosse embora na chuva. Em relação ao trabalho de campo este foi o último evento do dia. Depois nós três voltamos para a banca e ouvimos a contação de histórias. Conheci os donos da banca de jornal e conversamos por bastante tempo. Me despedi de todos por volta das 18h.